

MÁRIO DIÓGENES POPLADE

PSICOLOGIA CLÍNICA: FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação — Área de Concentração: Recursos Humanos e Educação Permanente, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

CURITIBA

1991

MÁRIO DIÓGENES POPLADE

PSICOLOGIA CLÍNICA: FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação — Área de Concentração Recursos Humanos e Educação Permanente, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

CURITIBA
1991

PSICOLOGIA CLÍNICA: FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

POR

MÁRIO DIÓGENES POPLADE

Dissertação aprovada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Educação, pela comissão formada pelos seguintes professores:

Professor Orientador:

Prof. Dr. GUIDO IRINEU ENGEL

Prof.^a Dr.^a REJANE MEDEIROS CERVI

Prof.^a Dr.^a MARIA DO ROSÁRIO KNECHTEL

CURITIBA

1991

AGRADECIMENTOS

- Ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do Professor, Ph.D. Luiz André Kossobudzki, pelo incentivo aos primeiros passos;
- À Coordenação do Curso de Mestrado em Educação e ao seu colendo corpo docente;
- Ao Professor, Dr. Guido Irineu Engel, amigo e Mestre, pela dedicada, atenciosa e sábia orientação;
- Ao Professor Alvino Moser, pela co-orientação;
- A João Carlos Waltrich, pela desinteressada ajuda na correção e aprimoramento deste trabalho;
- À Marília, mãe e esposa, pela presença humana, compreensão e constante estímulo;
- A Renan Gustavo e Jean Michel, nossos filhos, pelo simples fato de existirem;
- À Leocilêa Vieira, pela assessoria mecanográfica.

S U M Á R I O

	<u>RESUMO</u>	v1
	<u>ZUSAMMENFASSUNG</u>	v11
1	<u>INTRODUÇÃO</u>	1
1.1	DEFINIÇÃO DE TERMOS	2
2	<u>ORIGEM FILOSÓFICA DA PSICOLOGIA</u>	6
2.1	A PSICOLOGIA COMO PARTE INTEGRANTE DA FILOSOFIA ..	6
2.2	FILOSOFIA ANTIGA	6
2.3	FILOSOFIA MEDIEVAL	7
2.4	FILOSOFIA MODERNA	8
3	<u>A ORIGEM CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA</u>	15
3.1	DEFINIÇÕES DE PSICOLOGIA	15
3.2	PERÍODO CIENTÍFICO DA PSICOLOGIA	17
3.3	AS ÁREAS ESPECIALIZADAS DA PSICOLOGIA	23
3.4	OS SUPORTES TEÓRICOS DA PSICOLOGIA CLÍNICA	24
4	<u>A PSICOLOGIA CLÍNICA NO BRASIL</u>	27
4.1	O PERÍODO PRÉ-INSTITUCIONAL DA PSICOLOGIA CLÍNICA.	27
4.2	A CARACTERIZAÇÃO (CLÍNICA) DA PROFISSÃO DO PSICÓ- LOGO	33
4.3	O ASPECTO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA CLÍNICA	45
4.3.1	Observações Iniciais	45
4.3.2	Necessidades Sociais que a Psicologia Clínica deve atender, segundo a Lei e sua Interpreta- ção na Prática	46

4.3.3	Atribuições do Psicólogo Clínico, segundo o Conselho Federal de Psicologia	48
4.3.4	Processo de Formação do Psicólogo Clínico	56
4.3.4.1	Considerações Gerais	56
4.3.4.2	Área de Conhecimento e Objeto de Estudo	56
4.3.4.3	O Currículo do Curso de Psicologia e os Objetivos das Disciplinas	59
4.3.5	O Exercício da Atividade Profissional e os Problemas Constatados	69
4.3.5.1	Objeto de Trabalho	69
4.3.5.2	Distribuição dos Profissionais no Mercado de Trabalho	71
4.3.5.3	Alguns Problemas Verificados com a Prática da Profissão	72
5	<u>CONCLUSÃO</u>	76
	<u>ANEXOS</u>	78
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	116

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar as origens científicas e filosóficas da Psicologia Clínica e expor o processo de formação e profissionalização do Psicólogo Clínico no Brasil. Para tanto, lançou mão da Pesquisa Bibliográfica. O trabalho inicia com a descrição das origens filosóficas e científicas da Psicologia. Em seguida verifica-se a origem da Psicologia Clínica e as influências filosóficas que esta sofreu. Constatou-se que a Psicologia, e com ela, a Psicologia Clínica foram introduzidas artificialmente no Brasil através de instrumentos legais, fato que, em parte, é responsável por uma série de problemas relacionados com a formação e profissionalização do Psicólogo Clínico. Dentre estes destacam-se: a dificuldade da delimitação clara e objetiva dos objeto de estudo e de trabalho e, conseqüentemente, do campo de atuação profissional e da área de conhecimento; problemas curriculares e falta de critérios objetivos para a definição das atribuições do Psicólogo Clínico. Como parte final, sugere-se que a Psicologia, assim como a Psicologia Clínica no Brasil, sejam repensadas no que diz respeito à: campo de atuação profissional; área de conhecimento; objeto de estudo e objeto de trabalho; currículo; contribuições e funções, a fim de que o futuro profissional de Psicologia Clínica possa dar uma efetiva contribuição para a solução de problemas psíquicos de indivíduos e situações que solicitam sua intervenção.

ZUSAMMENFASSUNG

Das Ziel der vorliegenden Arbeit ist es, den wissenschaftlichen und philosophischen Ursprung der klinischen Psychologie zu ergründen sowie den Ausbildungs- und Professionalisierungsprozess des klinischen Psychologen in Brasilien darzustellen. Die Arbeit beginnt mit der Beschreibung der philosophischen und wissenschaftlichen Ursprünge der Psychologie. Anschliessend werden der Ursprung der klinischen Psychologie und ihre Beeinflussung durch die Philosophie dargestellt. Es wurde herausgefunden, dass die Psychologie und mit ihr die klinische Psychologie durch gesetzliche Massnahmen in Brasilien eingeführt wurden, was zu einer Reihe von Problemen geführt hat, die mit der Ausbildung und Professionalisierung des klinischen Psychologen zusammenhängen. Zu erwähnen sind etwa folgende: die Schwierigkeit der genauen Abgrenzung des Erkenntnis- und Arbeitsgegenstandes und infolgedessen des beruflichen Tätigkeitsfeldes sowie des Erkenntnisbereichs; Schwierigkeiten bei der Curriculumplanung und der Mangel an objektiven Kriterien zur Begrenzung des Tätigkeitsfeldes des klinischen Psychologen. Als Abschluss der Arbeit wird empfohlen, dass die Psychologie sowie die klinische Psychologie in Brasilien überdacht werden in Bezug auf Erkenntnisbereich, Erkenntnisgegenstand, berufliches Tätigkeitsfeld und Curriculum, so dass der zukünftige Berufstätige auf dem Gebiet der klinischen Psychologie einen erfolgreichen Beitrag zur Lösung psychischer Probleme von Individuen und Situationen leisten kann.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo desvendar as origens da Psicologia Clínica e expor o processo de formação e profissionalização do Psicólogo clínico no Brasil.

A importância desta pesquisa reside no fato de que os cursos de Graduação em Psicologia, ofertados no Brasil e que capacitam os formados a atuarem na área da Psicologia Clínica, se encontram em crise, necessitando de novos conhecimentos que os auxiliem a superar este estado de crise.

Também é importante a nível teórico, considerar que outros estudos possivelmente poderão ser estimulados a partir deste, pois, é possível desenvolver um campo de atuação profissional, desde que o ensino possa contar com o apoio de um conhecimento de boa qualidade, atualizado à realidade social do país.

Outra razão, diversa da já descrita, se funda na ênfase de que a Psicologia, Clínica ou não, é uma atividade que na atualidade ocupa uma parte de Mercado de Trabalho e, com isto, tornou-se uma peça necessária à grande máquina social. Por esta razão, há necessidade de ser melhorada e de tornar-se mais acessível àqueles que dela necessitam, com o objetivo de contribuir, de maneira mais efetiva e substancial para melhor atender aos cidadãos na área da saúde mental.

O presente trabalho constitui uma pesquisa bibliográfica e foi estruturado, para a consecução do objetivo acima, da se-

guinte forma: primeiramente procura-se descrever o conceito de Psicologia, atentando para suas origens filosóficas e científicas, sua subdivisão em áreas específicas e as escolas ou linhas de pensamento que são mais frequentes no ensino e na pesquisa. A seguir faz-se um estudo histórico da introdução da Psicologia, e com ela, da Psicologia Clínica no Brasil. Finalmente faz-se uma exposição do processo de formação e profissionalização do Psicólogo Clínico em nosso país.

1.1 DEFINIÇÃO DE TERMOS

Os termos de maior relevância neste estudo, por estarem mais intrinsecamente relacionados com a problemática central, com o desenvolvimento do tema e com a abordagem de aspectos essenciais, inerentes à formação e às expectativas de profissionalização do psicólogo clínico, são definidas a seguir:

- . **ÁREA DE CONHECIMENTO** - Significa o desenvolvimento em relação a um ou a um conjunto de objetos de estudo. Refere-se à produção de saber e de teorias. Por conter um objeto (ou um conjunto deles), sua responsabilidade fundamental é a de desenvolver o conhecimento em relação a esse ou a um conjunto de objetos.
- . **CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL** - Refere-se a um conjunto de atividades, relacionadas entre si e em potência, cujo objetivo é o de conseguir uma intervenção imediata (ou, pelo menos, a mais rápida, possível e abrangente) na realidade que lhe é concernente, de maneira a resolver problemas existentes ou a impedir a ocorrência dos mesmos. Diz respeito à possibilidade de trabalho e de atuação enquanto

profissional. Para um campo de atuação profissional, interessa a possibilidade de intervenção direta no processo, no sentido de lidar com certas categorias de problemas.

- . **FORMAÇÃO** - Conforme FERREIRA (1986, p. 800), Formação "provém do Latim (*Formatiōne*)". Refere-se a "ato ou modo de formar". Pode ser entendido também como "maneira por que se constitui uma mentalidade, um caráter, ou um conhecimento profissional".

Em KOOGAM e LAROUSSE (1977, p. 387), Formação remete à: "caráter; pessoa de boa educação", ou ainda, "de instrução". Significa, também, "processo pelo qual alguém, através do estudo, atingiu a qualificação para formar-se"; "ser formado"; "graduado em escola superior".

Neste estudo, este termo será utilizado com o sentido de um processo pelo qual alguém, diante de determinadas necessidades, se propõe a apreender, pelo conhecimento, determinado objeto, com a finalidade de entendê-lo e dele fazer um melhor uso.

- . **MERCADO PROFISSIONAL (DE TRABALHO)** - Ainda conforme FERREIRA (1986, p. 1120), refere-se à "relação entre a oferta de trabalho e a procura de trabalhadores em época e lugar determinados". Diz respeito, segundo este autor, a "um conjunto de pessoas e/ou empresas que, em época e lugar determinado, provocam o surgimento e as condições dessa relação".

- . **OBJETO DE ESTUDO E OBJETO DE TRABALHO** - Para definir estes dois tipos diferentes de objetos, é necessário, primeiramente, definir o que é OBJETO.

OBJETO - Para FERREIRA (1986; p. 1208), procede do Latim "*objectu, part. de objicere*"; "pôr, lançar diante"; "expor". Segundo o autor acima citado, se refere a tudo que é aprendido pelo conhecimento; que não é o "sujeito do conhecimento". Ou ainda: "tudo que é manipulável e/ou manufaturável"; "tudo que é perceptível por quaisquer dos sentidos". Refere-se, também, à "matéria; assunto; objeto de uma ciência; de estudo; agente, motivo, causa". Também pode ser entendido como "ponto de convergência duma atividade; mira; desígnio; propósito; intento, objetivo".

- . OBJETO DE ESTUDO - Parte integrante e caracterizadora de uma área de conhecimento. Refere-se à possibilidade de, a partir dele, haver produção de conhecimento e de saber.
- . OBJETO DE TRABALHO - Material e/ou assunto que, no curso de um processo, deverá resultar numa transformação e no seu consequente entendimento e domínio de suas causas e efeitos, obtidos a partir da intervenção que um profissional venha a exercer sobre ele. Diz respeito a um referencial sobre o qual um determinado profissional atua, trabalha com, tomando-o como base para sua devida intervenção. Refere-se ainda à possibilidade de (a partir dele) proceder à intervenção e à interferência num processo.
- . PROFSSIONALIZAÇÃO - Segundo FERREIRA (1986, p. 1398), refere-se a "Ato ou efeito de profissionarizar(se)". Para este mesmo autor, "profissionarizar" se refere à: "dar o caráter de uma coisa profissional a"; "tornar-se um profissional", "adquirir caráter de profissional".

Em KOOGAN e LAROUSSE (1977, p. 702), encontra-se Profissio-

nalização, com o sentido de: "ato ou efeito de tornar-se profissional". Por sua vez: "profissional" é definido, pelos mesmos autores como: "termo que se refere à pessoa que faz uma coisa por profissão", ou ainda, "pessoa que executa um gênero de trabalho habitual e competente", possuidor de um emprego"; "de um trabalho"; "que tem um ofício", "um trabalho", "que executa suas atividades de forma a auferir com isto uma justa remuneração".

2 ORIGEM FILOSÓFICA DA PSICOLOGIA

2.1 A PSICOLOGIA COMO PARTE INTEGRANTE DA FILOSOFIA

A Psicologia, assim como a Física e praticamente todas as demais ciências, teve sua origem vinculada à Filosofia. Sendo filha direta da Filosofia, todas as influências que sobre esta recaíram, acabaram repercutindo também na Psicologia. Assim, objetivando conhecer o "homem" que a Psicologia tenta entender, torna-se necessário verificar quais foram essas influências. Para tanto, faz-se necessário citar, pelo menos, alguns dos mais ilustres representantes da Filosofia Antiga, Medieval e Moderna.

2.2 FILOSOFIA ANTIGA

Tem-se conhecimento das preocupações de SÓCRATES (470 - 399 A.C.) sobre o homem, que procurava os fundamentos dos atos do ser humano, as de Platão (427 - 347 A.C.), cuja concepção postulava uma divisão entre um mundo sensível e um mundo inteligível e ainda as concepções do crítico de Platão, ARISTÓTELES (348 - 322 A.C.), que postulava a existência de um só mundo e concebia a mente como uma *tábula rasa* à espera do recebimento das *impressões do mundo*. Para Aristóteles, Deus é ato puro, enquanto que o homem é composto por dois elementos: corpo e alma. O corpo e a alma estão intimamente relacionados e constituem a

própria subsistência do ser: o ser em potência e o ser em ato.

Tem-se também conhecimento das concepções de DEMÓCRITO (460 - 370 A.C.), discípulo de LEUCIPO, cujo modo monista de pensar era baseado numa forma de atomismo mecanicista. Este autor sofreu influência das escolas *ionística* - THALES de MILETO (625 - 560 A.C.) e *eleática* XENÓFANES (580 - 500 A.C.), bem como das idéias de PARMÊNIDES (520 - ?) e ZENÃO de ELÉIA (490 - ?). Estas escolas proporcionaram o surgimento da *escola atomística* da qual fazia parte. Sendo assim, Demócrito pensava o ser humano unicamente como um composto mecânico de átomos, eternos, invariáveis e homogêneos. O atomismo mecanicista de Demócrito é uma doutrina segundo a qual a matéria é formada por elementos indivisíveis, os átomos.

2.3 FILOSOFIA MEDIEVAL

A Filosofia e por extensão a psicologia, também sofreram as influências do pensamento daquele que é considerado, o "Doutor da Igreja", SANTO AGOSTINHO (353 - 430 A.C.). Influenciado pelo neoplatonismo, este autor interpretava o homem como possuidor de uma alma imortal. Os acontecimentos do mundo entre os quais, as catástrofes, não eram atos de injustiça mas sim a expressão dos superiores decretos da Providência Divina.

Já no concernente à razão e a fé do homem a ótica da lógica escolástica aristotélica, através de SANTO TOMÁS de AQUINO (1225 - 1274) não via qualquer incompatibilidade, embora atribuisse à ordem natural uma subordinação à sobrenaturalidade. Para Santo Tomás de Aquino, a razão do homem era livre até o ponto em que não conseguisse explicar certas realidades. Entre-

tanto, a subordinação do natural ao sobrenatural não impede que o processo do conhecimento se inicie com a experiência sensível. Através dos sentidos, o intelecto atinge os diferentes graus de abstração, através dos quais extrai as idéias do sensível, numa hierarquia sustentada, afinal, pela idéia de Deus. Segundo Santo Tomás, da mesma forma que o homem pode conhecer o inteligível a partir do sensível, também pode conhecer a Deus por meio dos seus efeitos. O tomismo aquiniano considera ainda que os seres naturais são compostos por dois princípios: matéria e forma. O primeiro princípio consiste na individualização dos seres, o segundo naquele que dá à espécie a possibilidade de tornar-se um ser, um ente. Santo Tomás rejeita o dualismo do ser humano em corpo e alma, concebendo uma unidade formada por duas realidades.

2.4 FILOSOFIA MODERNA

Na tentativa de manter uma quase impossível ordem cronológica da influência filosófica que possibilitou o nascimento de alguns sistemas de Psicologia, pode citar-se um filósofo de origem inglesa, BACON (1561 - 1626), para quem a mente em relação ao corpo não tem tanta relevância, pois o indivíduo é uma carga genética que reage de acordo com o ambiente. Ademais, para esta escola de pensamento filosófico-empirista todo o conhecimento tem sua origem na experiência. E uma vez que enfatiza os dados que podem ser mensurados e minimiza a inferência teórica, privilegia a conduta (ou comportamento) como a unidade de expressão de um organismo.

O comportamento, passou, então, a ser interpretado como função da interação do organismo com o ambiente. Deste enfoque

adveio a corrente Condutivista (Behaviorista), tendo como nomes de maior expressão WATSON (1878 - 1953); MEYER (1837 - 1967) e SKINNER (1904).

Um outro filósofo e pensador inglês, que também contribuiu com sua parcela e por conseguinte, influenciou a Filosofia e a Psicologia, foi Tomas HOBBS (1588 - 1679). Para Hobbes, a Filosofia é o estudo à luz da razão que, entretanto, só descobre no universo corpos mensuráveis cujas propriedades se explicam pelo movimento, daí a noção de *epifenomenalismo*. Hobbes divide estes epifenômenos (movimentos) em dois grupos: uns são produtos de natureza, e são como tais, objetos da Física; os outros, formados pela vontade do homem, são os corpos sociais, onde se distinguem os movimentos da alma individual, objeto da Ética, e os movimentos das várias pessoas, que são objeto da Política. Por suas análises da alma (Psychê) humana baseadas no mecanicismo, Hobbes influenciou a Psicologia Experimental do século XVIII e XIX.

Também participante do empirismo britânico, John LOCKE (1632 - 1704), luta contra o idealismo e a corrente idealista das idéias inatas, afirmando que a verdade nasce do método experimental, conforme ensina a física de Galileu. Tudo pode ser reduzido ao quantitativo. Locke fez a passagem do empirismo dogmático ao empirismo crítico. Para Locke, as únicas formas da experiência seriam a sensação e a reflexão.

Por sua vez, David HUME (1711 - 1776), filósofo e historiador escocês, não aceita que se possa atingir racionalmente o mundo exterior. Também baseado no empirismo de Locke, Hume afirma que o primeiro objeto conhecido pelo ser humano é o fato da consciência, o fenômeno, a que chama, em geral, de

percepção. Hume classifica esta percepção como *impressão* que se caracteriza pela intensidade, força, vivacidade e idéia. Esta última, segundo ele, é uma percepção fraca, porém clara e menos viva. Hume conclui que a alma é apenas uma cadeia de fenômenos e que o nexo entre causa e efeito nasce de uma sequência constante de dois fenômenos. Estas teorias em muito influenciaram Kant.

HOBBS, LOCKE e ainda BERKELEY, G. (1685 - 1776) podem ser considerados como as personalidades mais importantes para o surgimento da Psicologia Associacionista.

A partir de meados do século XVIII Renê DESCARTES (1596 - 1650), considerando o "Pai da Filosofia Moderna", propôs que a alma (de idêntica concepção à preconizada por Aristóteles), residia na glândula pituitária e dirigida do ser humano. A alma (no sentido de pensamento), como dirigente do ser humano, é bem própria do modo de pensar cartesiano, que se caracteriza pela dúvida como método de investigação e pela busca de uma verdade fundamental da qual as outras possam ser deduzidas. O único critério de verdade para o cartesianismo é a evidência racional das idéias claras e distintas, inatas ao espírito humano. Esta verdade, limite de toda dúvida, é o *Cogito, ergo sum* (Penso, logo existo). Assim sendo, para DESCARTES o ser humano era dotado de uma "substância", embora por "substância" ele entenda também o *eu* e outras coisas como às figuras geométricas, o número, o pensamento, etc.

Baruch Benedictus (ou Benito) de SPINOZA (1632 - 1677), inicialmente aceitou esta definição cartesiana de substância, mas com uma ressalva. Só poderia haver uma substância: aquela que ele chama indiferentemente de Deus ou Natureza. O próprio

Descartes admitia que tanto o pensamento quanto a matéria eram substâncias secundárias, pois ambas precisam da concorrência divina. Tão dualista quanto Descartes, Spinoza faz do pensamento e da matéria atributos de uma substância única, cuja realidade era, segundo ele, pressuposta pela realidade das coisas inferiores. Deus era um ser pleno de atributos infinitos dos quais o ser humano conhecia apenas dois: o pensamento e a extensão; estes atributos eram os que compunham, assim, o denominado paralelismo psicofísico spinoziano. A noção de um Deus livre de Descartes desaparece em Spinoza. Para este, Deus é tanto corpo quanto espírito e age necessariamente de acordo com a natureza.

Por sua vez, Nicolas de MALEBRANCHE (1638 - 1715), filósofo francês, não ficou muito distante dessa forma de pensar o homem. Depois de ler, concorda em linhas gerais com Descartes, mas, sob a influência das idéias de Santo Agostinho, tenta corrigir e completar o interacionismo cartesiano. Em seu trabalho afirma o *ocasionalismo* (teoria que afirma a intervenção de Deus, uma vez e para sempre, ou de forma contínua nas ações ou sobre os seres). Baseia-se no pensamento cartesiano, segundo o qual não existe ação recíproca ou comunicação entre as duas substâncias corpo e alma (*res extensa* e *res cogitans*; extensão e pensamento). Para Malebranche o homem, como os outros seres, é um ser finito e não tem ação própria. Suas ações são meras ocasiões da ação de Deus. Substitui o conceito de *causa* pelo de *ocasião*. A única causa em sentido próprio, para Malebranche, é Deus. Neste sentido, os seres humanos são meros espectadores da vida, simples ocasião da ação divina. O *ontologismo* é a doutrina segundo a qual Deus é percebido direta e imediatamente pela inteligência e os seres, uma ocasião para que se dirija a aten-

ção a Deus, no qual se poderia contemplar os objetos das idéias eternas e universais. Deus, nesta doutrina ontologicista, é arquétipo de todas as idéias, e unicamente Nele se pode contemplar todas as coisas.

Não menos importante para o entendimento da influência filosófica sobre a Psicologia é George BERKELEY (1685 - 1753), filósofo irlandês, defensor do empirismo idealista. Sua posição se define como crítico de LOCKE (1672 - 1704). Berkeley opõe à teoria das idéias como representação perfeita da realidade exterior o seu "idealismo subjetivista", também denominado "imaterialismo". O mundo corpóreo, para Berkeley, não tem existência independente do pensamento. "Ser é ser percebido". Para Berkeley, a existência de um objeto depende de um observador que a garante. Berkeley é um dos mais importantes colaboradores para o surgimento da Psicologia Associacionista.

Por sua vez, Emmanuel KANT (1724 - 1804), filósofo alemão, que se preocupava com a investigação dos postulados universais do agir humano, chamava a atenção para a existência de um dualismo metodológico que, conforme GARCIA (1964, p. 30), "levava em consideração os fatos internos, as vivências que eram apreendidas pela introspecção", assim como as "expressões externas, as atitudes, os gestos, os atos e as palavras".

O autor acima citado, ainda fazendo alusão a Kant, escreve que este "distinguiu o fenômeno (ou objeto aparente) e o número (ou coisa em si, que foi transformada em conceito", e preveniu que "o conhecimento não pode ultrapassar os limites da sensibilidade". Kant influenciou de certa forma o pensamento freudiano pois, intencionando acabar com toda possibilidade de haver o mal-entendido e fundar uma verdade universal (vide

Crítique de la raison pure. Préface de la première Edition, p. 32, Garnier Flammarion, Paris, 1985), proporcionou subsídios à Sigmund Freud que, ao implementar suas teorias psicanalíticas, o fez pelo viés da subversão do pensamento kantiano.

Sabe-se que todos estes pensadores, através de seus posicionamentos, assim procederam visando a um fim último que se resume na tentativa de responder às questões que envolvem o homem. Todos estes filósofos, quase sem exceção, buscavam o que seria a essência do ser humano. Neste mesmo caminho se fez presente Edmund Gustav Albrecht HUSSERL (1859 - 1938), filósofo austríaco que, sendo discípulo de Franz BRENTANO (1838 - 1917) - que, através do realismo metafísico descrito em sua obra, não media esforços objetivando separar lógica e psicologia - acabou por influenciá-lo com sua noção de intencionalidade. Husserl foi o iniciador da Fenomenologia ou a "Ciência da essência", sendo que, na Psicologia, a Fenomenologia deu origem à Psicologia da Gestalt.

Contemporâneo de HUSSERL, o Conde Bertrand Arthur Willian RUSSEL (1872 - 1970), filósofo e matemático inglês, era um realista original que, ainda que sendo influenciado pela filosofia nacional inglesa, deduziu da filosofia moderna os resultados da lógica matemática e as tendências do ontologismo. A filosofia russeliana pode ser entendida como uma nova forma de racionalismo que recorda as construções dos séculos XVII e XVIII, em oposição ao intuitivismo e ao contingencismo que proliferaram sob o influxo de um dos fundadores do pragmatismo, Willian JAMES (1842 - 1910) e de BERGSON (1859 - 1941), cujo sistema repousa sobre a intuição concebida como o único meio de conhecimento da duração e da vida.

Com todas as demais ciências também a Psicologia pode ser entendida de diversas formas, de acordo com os pressupostos filosóficos dos quais se parte. Esta constatação não é a primeira e, tampouco nova e é a causa da ocorrência de divergências entre os diversos enfoques e linhas de raciocínio na Psicologia.

Em termos gerais, pode-se dizer que a Psicologia tem dois grandes grupos como modelos: o Modelo das causas - que basicamente compõe o Condutivismo ou Behaviorismo, e o Modelo dos Motivos, que proporcionaria a composição do Cognitivismo, do Epifenomenalismo, do Gestaltismo e da Psicanálise.

3 A ORIGEM CIENTÍFICA DA PSICOLOGIA

O estabelecimento de uma origem científica da Psicologia só foi possível a partir do momento em que passou a ser utilizado o método científico.

A partir do período científico, adviram outras definições da Psicologia.

3.1 DEFINIÇÕES DE PSICOLOGIA

É muito conhecida a definição de Psicologia como sendo um idealismo subjetivo, no qual se supõe uma realidade básica única, de caráter mental ou espiritual. Entre outros problemas, a partir da utilização do método científico, esta definição coloca a questão de se saber o que é o mental, para que a definição seja inteligível. Alguns autores, preferem referir-se a uma vida mental, um conceito aparentemente menos estático.

A Psicologia seria, então, a ciência da vida mental, o que quer que venha a ser *vida mental*. Outros autores, mais preocupados com significado e as implicações dos termos incluídos, em uma das definições, afirmam ser a Psicologia o estudo do comportamento e das atitudes, etc. Esta definição, como outras, antes de explicar algo, necessita de outras definições de comportamento, de atitudes, etc.

Indiferentemente às deficiências das definições mencionadas, há autores que se preocupam com uma definição que contente

aos *epifenomenologistas* (que dão ênfase à conscientização da estrutura ou atividade mental, ou à inconsciência da mesma), e aos *condutivistas*. Para estes, a psicologia seria o estudo do comportamento e da vida mental. Contudo, a reunião em uma mesma frase dos dois termos indefinidos não melhora uma definição. Em lugar de colocar um problema de cada vez, e contentar a pelo menos uma das partes, esta definição descontenta ao mesmo tempo aos denominados *epifenomenologistas* e aos *condutivistas*.

Uma definição condutivista rudimentar - segundo MARX e HILLIX, p. 69), seria a de que a "Psicologia é uma ciência que estuda as relações entre os acontecimentos ou condições antecedentes e a conduta (ou comportamento) consequente dos organismos".

Já quanto ao epifenomenalismo, se podem citar todas as teorias da Personalidade, desde Freud a Erich Fromm, passando por Adler, Jung, Rank, Jones, Ferenczi, Horney, Sullivan e outros. No entanto, HALL e LINDZEY (1984, p. 03) destacam que há duas generalizações a respeito destas teorias da personalidade:

A primeira delas é que as teorias da personalidade têm desempenhado um papel dissidente no desenvolvimento da psicologia. Os teóricos da personalidade foram, em sua época, dissidentes. Dissidentes na Medicina, e na ciência experimental, dissidentes em relação às idéias convencionais e às práticas em uso, aos métodos e técnicas usuais .. A segunda é que as teorias da personalidade são funcionais em sua orientação. Elas colocam questões importantes para o ajustamento do organismo. Concentram-se em questões de capital importância para a sobrevivência do indivíduo.

Entretanto, deve ficar claro que estão fora do ambiente exclusivo da Psicologia aquelas interações que se referem a partes do organismo e são estudadas pela Biologia, e as que envolvem grupos de indivíduos tomados como unidade, como nas Ciências Sociais. Fica posto, então, que a identificação da Psicologia como distinta da Biologia e das Ciências Sociais não se baseia em fronteiras rígidas, e as áreas de superposição de interesses têm sido tão importantes a ponto de originar as denominações de "psicofisiologia" e "psicologia social", por exemplo. As interações entre organismo e ambiente são tais que podem ser vistas como um *continuum* onde a passagem da psicologia para a biologia ou para as ciências sociais é muitas vezes questão de convencionar-lhes limites ou de não se preocupar muito com eles. Nesta caracterização da Psicologia o homem é visto como parte da natureza, não pairando acima do reino animal, como o conceberam pensadores pré-darwinianos, nem como mero robô, apenas vítima de pressões do ambiente, como o interpretaram de maneira um pouco vaga, alguns autores, da linha *condutivista* e/ou *comportamentalista*.

A Psicologia, na sua procura por um reconhecimento, não poderia se manter fora da dicotomia conjuntural abrangente que postulava um paradigma de disjunção que opunha natureza e cultura, humanidade e animalidade. Todos os discursos produzidos a partir desse enfoque verão o homem (objeto de estudo de Psicologia?) como estranho e superior à natureza.

3.2 PERÍODO CIENTÍFICO DA PSICOLOGIA

Na medida em que desejava atingir o objetivo e o status de ciência, a Psicologia precisava também buscar o mensurável,

acompanhando o modelo maior que predominava na comunidade científica. Um marco nessa trajetória é a criação do primeiro Laboratório de Psicologia por WUNDT, em Leipzig, no ano de 1879, quando então se caracteriza o nascimento da Psicologia considerada como ciência. Buscando modelos das ciências naturais e nelas se apoiando para garantir o status conquistado, a Psicologia praticamente negou e se afastou daquelas raízes filosóficas que de certa forma não favoreciam à identificação da Psicologia como correligionária do método científico, e, assim o fazendo, se distanciou, até certo ponto do homem e de uma porção significativa da realidade.

Buscando testar hipóteses e estabelecer relações causais entre eventos, uma parte da Psicologia aderiu à corrente Positivista, e, em condições de laboratório cuidadosamente controladas, se posicionou tal qual Platão descreve no mito da caverna. Neste, os homens estavam colocados de costas para o mundo real, observando as sombras na parede e ouvindo os ecos distanciados de suas vozes - de costas para o mundo externo e registrando não vida, mas somas de dados e resultados de computadores.

Entretanto, e de um modo geral, toda ciência procede mais ou menos desta forma, tendo em vista o fato de que todo adepto de uma determinada linha de pensamento não consegue ver a realidade do mundo tal qual é, pois privilegia a ótica de alguns pressupostos filosóficos em detrimento de outros. Era isto também o que acontecia com a Psicologia do século XIX, que, pela sua tendência em realizar experiências em laboratório e em mensurar compulsivamente fatos, alienou-se de grande parte dos problemas humanos e sociais. "Pode haver um tempo para olhar as sombras - diz MCGUIRE (1973, p. 453) - mas não a exclusão do fato real".

Essa atitude científica acompanhava um movimento que definia os critérios de ciência, que foi o Positivismo e o neo-Positivismo. Desta maneira, não se pode dissociar de forma alguma esse momento científico-histórico-cultural de suas influências e reflexos em todas as áreas da Psicologia.

Do exposto, deduz-se que a história da Psicologia pode ser dividida em dois grandes períodos:

- 1) O pré-científico - que se estende desde o trabalho dos filósofos gregos até a última parte do século XIX; e
- 2) O Científico, que se estende de aproximadamente 1879 (ano em que se aplicou o método científico, pela primeira vez, ao estudo do comportamento humano), até agora.

O período científico, em parte, também foi constituído pelo desenvolvimento de "*posições metafísicas*" e "*sistemas*" psicológicos que tiveram influência direta e incisiva na configuração daquilo que viria a ser denominada Psicologia Clínica. Cada "posição" ou "sistema", delinea, entre outras coisas, um tema básico e o método a ser usado na investigação dos seus respectivos temas.

Essas "posições metafísicas" e/ou "sistemas" psicológicos, para citar os mais conhecidos e, em obediência de uma ordem de apresentação outra que a do surgimento cronológico, são:

O Condutivismo (ou Behaviorismo) - Posição sistemática segundo a qual todas as funções psicológicas podem ser explicadas em termos de reações musculares e secreções glandulares, e nada mais; é portanto o estudo objetivo dos aspectos de estímulo e resposta (ou reação) no comportamento (ou conduta) segundo os

princípios enunciados pela escola Behaviorista. O Condutivismo ou Behaviorismo foi fundado por WATSON, J.B. (1878-1958), tendo como pioneiros: CATTEL, J. McKen (1860-1954); THORNDIKE, E.L. (1874-1949); PAVLOV, I. (1849-1936); BECHTEREV, V.M. (1857-1927); ANGELL, J.R. (1869-1949) e MEYER, M. (1873-1967).

O Associacionismo - princípio psicológico que possui o ponto de vista segundo o qual o comportamento aprendido é o resultado de associações de simples sensações e idéias em complexos mentais. Seu fundador foi HARTLEY, D. (1705-1757) tendo como antecedentes influenciadores: ARISTÓTELES (384-322 A.C.); HOBBS, T. (1588-1679); LOCKE, J. (1632-1704); BERKELEY, G. (1685-1753) e HUME, D. (1711-1776).

O Estruturalismo - Sistema que sublinha a importância da análise de consciência em seus elementos, através do método da introspecção. Assim foi denominado porque seus seguidores preocupavam-se com a descoberta da "estrutura" ou da anatomia dos processos psicológicos. O tema básico do estruturalismo era a "consciência". Seu principal método era a "introspecção". O Estruturalismo tem como pioneiros e fundadores: WUNDT, W. (1832-1920); TICHENER, E.B. (1867-1927); e como antecedentes influenciadores: BRENTANO, F. (1838-1917); FECHNER (1801-1887) e HELMBOLTZ, H.L.F., von (1821-1894).

O Fenomenalismo ou Fenomenologia - Posição metafísica que não considera real nem a mente nem o corpo; só existem as idéias resultantes das impressões sensoriais. A Fenomenologia tem, até certo ponto, alguns aspectos em comum com o que costuma-se chamar de Existencialismo. Seus representantes mais ilustres são: BERGSON, H. (1859-1941) e HUSSERL, E. (1859-1938).

O Funcionalismo - Este sistema psicológico se interessa no que acontece e em como acontece, mas não em porque acontece assim como não se preocupa com a aceitação prática dos seus achados. Este sistema destaca a importância da função ou utilidade do comportamento, na adaptação ao meio. O tema básico do funcionalismo eram "os produtos fundamentais da consciência" e seus métodos eram experimentais, incluindo o uso da introspecção, mas não limitando-se somente a esta. Seus fundadores foram: JAMES, W. (1842-1910); DEWEY, J. (1859-1952) e ANGELL, J.R. (1869-1949). O Estruturalismo sofreu muita influência dos britânicos GALTON, F. (1822-1911); DARWIN, C. (1809-1882); ROMANES, G.J. (1848-1894) e MORGAN, C.L. (1852-1936).

O Existencialismo - Doutrina filosófica que preconiza a existência metafísica do homem como princípio e fundamento para a solução de todos os problemas, desde a essência até a significação da vida humana. Seus representantes mais ilustres são: KIERKEGAARD, S. (1813-1855); JASPERS, K. (1883-1969); HEIDEGGER, M. (1889-1976) e SARTRE, J.P. (1905).

O Paralelismo Psico-físico - Posição metafísica segundo a qual o físico e o psíquico se correspondem termo a termo, desenvolvendo-se como duas séries palavras, o Paralelismo Psico-físico adota como hipótese a condição de que a mente e o corpo são entidades que gozariam da possibilidade de serem independentes, entretanto, muito intensamente correlacionadas. Seu representante mais ilustre é DESCARTES, R. (1596-1649).

O Positivismo - Posição científica metateórica e geral que enfatiza a parcimônia e o operacionalismo na linguagem dos dados e que rechaça a teorização e os componentes de inferência.

O Positivismo comtiano pode ser caracterizado sobretudo pelo impulso ao desenvolvimento da orientação científica do pensamento filosófico e por ter atribuído à constituição e ao processo da ciência positiva uma importância capital, baseando-se nos fatos e na experiência. O Positivismo impregnou profundamente a Psicologia através do Behaviorismo. Seu representante e fundador foi COMTE, A. (1798-1857).

O Pragmatismo - Para o Pragmatismo somente o que é útil é verdadeiro. Sua tese fundamental é que a idéia que temos de um objeto qualquer nada mais é senão a soma das idéias de todos os efeitos imagináveis atribuídos por nós a esse objeto, que possam ter um efeito prático qualquer. No Pragmatismo o conhecimento é um instrumento à serviço da ação, tendo o pensamento um caráter puramente finalístico. Seus representantes majoritários são SCHILLER, F. (1759-1805) e JAMES, W. (1842-1910).

O Racionalismo - Posição filosófica que sustenta que a verdade só pode ser descoberta através da razão pura. Para o Racionalismo, nada existe que não tenha uma razão de ser, de tal modo que, de direito, nada existe que não seja inteligível. Todo conhecimento verdadeiro, para o Racionalismo, é consequência necessária de princípios irrecusáveis *a priori* e evidentes. Seus representantes mais notáveis são; MALEBRANCHE, N. de (1638-1715); SPINOZA, B. (1632-1677); LEIBNIZ, E.W. (1646-1716) e WOLFF, C. (1679-1754).

Ainda dentro do período científico e em decorrência de circunstâncias que não poderão ser desenvolvidas aqui, proporiou-se o surgimento das assim chamadas *áreas especializadas* dentro da Psicologia.

3.3 AS ÁREAS ESPECIALIZADAS DA PSICOLOGIA

Nos Estados Unidos as áreas especializadas dentro da Psicologia incluem a Psicologia Experimental, a Psicofisiologia e a Psicofarmacologia, as Psicologias Clínica e de Orientação (Aconselhamento), a Psicologia Comunitária, a Psicologia Educacional, a Psicologia Social, a Psicologia Industrial e a Psicologia Ambiental.

De certo modo, a Psicologia americana, desde o seu início, foi uma Psicologia funcional e aplicada. A partir desse interesse prático, surgiram também campos como a Psicologia Infantil, a Psicologia Escolar e os testes psicológicos.

No Brasil, as áreas especializadas e asseguradas por Decretos e Leis, e que uma vez adotadas nos currícula, tornaram-se obrigatórias e até caracterizadoras do Curso de Psicologia são: a Psicologia Escolar; a Psicologia Industrial e/ou Organizacional e a Psicologia Clínica.

A Psicologia Clínica, aqui como em vários outros países, tem, de modo geral, a preocupação em saber o como e o porquê dos comportamentos e atitudes. Ela tanto se interessa pelas condutas "normais" quanto pelas "anormais". Isso significa que ela não trabalha necessariamente com pessoas portadoras de distúrbios mentais. No Brasil, o Psicólogo Clínico, por lei, pode tratar de casos de desajustamentos emocionais.

Destarte, faz-se necessário antecipar que, tal como a Psicologia geral necessitou "especializar-se" em áreas, a Psicologia Clínica constituiu-se, por sua vez, pelo acolhimento e adoção de determinadas "escolas" e/ou "linhas" psicológicas, que acabaram transformando-se em suportes teóricos da atuação prática dos Psicólogos Clínicos.

3.4 OS SUPORTES TEÓRICOS DA PSICOLOGIA CLÍNICA

Entre as "escolas" e/ou "linhas" privilegiadas pelos Cursos de graduação em Psicologia, no Brasil e com as quais alunos e profissionais mais se identificam e adotam, destacam-se:

*A Bioenergética*¹ - Com a descoberta do "orgônio" por Wilhelm Reich, que segundo seus comentadores foi o resultado da firme aplicação do conceito de "energia psíquica" - se propunha demonstrar claramente que o conhecimento das funções emocionais da energia biológica era indispensável para a compreensão das suas funções físicas e fisiológicas.

Essas emoções biológicas, segundo a interpretação da Bionergética, são as que governam os processos psíquicos e estes, por sua vez, são, em si, a expressão direta de uma energia rigorosamente física, denominada orgônio.

*O Behaviorismo (ou Comportamentalismo)*² - O desenvolvimento do Behaviorismo é devido à influência de John B. Watson. Formado em escolas de tradição funcionalista não acreditava que a consciência pudesse ser estudada cientificamente. O tema básico adequado do Behaviorismo é o comportamento, e apenas este.

¹Bibliografia sugerida.

REICH, W. A função do orgasmo. São Paulo Brasiliense, 1973

LOWEN, A. The language of the body. New York MacMillan, 1971.

²Bibliografia sugerida

WATSON, J.B. Psychology as the behaviorist views it. Psychological Review, v. 20, p. 158-177, 1913

WATSON, J. B. The ways of behaviorism New York Harper, 1928

WATSON, J.B. Psychological care of infant and child. New York : Haper, 1928.

*O Gestaltismo*³ - A palavra alemã "Gestalt" é mais bem traduzida como "forma", "organização" ou "configuração". Não havendo um termo correspondente exato desta palavra em inglês ou em português, pode-se chamar esta Psicologia como sendo "da forma" ou da "configuração". A maior parte dos trabalhos dos psicólogos gestaltistas concentrou-se na área da percepção, embora mais tarde também se tenham preocupado com a aprendizagem, o comportamento social e o pensamento. Os líderes de maior expressão desta forma foram, Kohler; Koffka e Westheimer.

*A Psicanálise*⁴ - Mais ou menos contemporânea aos primórdios da Psicologia Behaviorista norte-americana e à expansão da Psicologia Gestaltista na Alemanha, expandia-se a influência de outra escola, a Psicologia Profunda ou Dinâmica. O nome é resultante da preocupação desta escola com a motivação e a dinâmica do inconsciente e o funcionamento da "personalidade". A Psicologia Dinâmica inclui, entre outros sistemas, a Teoria Psicanalítica, que teve como único fundador Sigmund Freud.

³Bibliografia sugerida

PERLS, F.S. , HEFFERLINE, R.F. , GOODMAN, P. Gestalt therapy. New York Dell, 1951

PERLS, F.S. , HEFFERLINE, R.F. , GOODMAN, P. Gestalt terapia explicada. São Paulo Summus, 1976

PERLS, F.S. , HEFFERLINE, R.F. , GOODMAN, P. A abordagem gestáltica, testemunho ocular da terapia. Rio de Janeiro Zahar, 1977

⁴Bibliografia sugerida

BRENNER, C. Noções básicas de psicanálise. Rio de Janeiro Imago, 1975.

FREUD, S. Edição Standart brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro Imago, 1972-1977. 24 v

denominar estas Graduações como "de orientação psicanalítica", passando a considerar Psicanálise e Psicologia Clínica como sinônimos.

*O Psicodrama*⁵ seu criador, o romeno Jacob Levy Moreno, nasceu em 1889, de uma família judia originária da Península Ibérica e faleceu nos Estados Unidos, em 1974. O nome desta escola, denominada psicodramática, se origina da palavra grega "Psichê" (alma), e drama (ação, realização). O Psicodrama tem suas raízes fundadas no Teatro, na Psicologia e na Sociologia. Esta escola se orienta no sentido da busca da verdade de um indivíduo ou de um grupo humano que discute livremente seus problemas. A escola Psicodramática adota o posicionamento de que a essência do psiquismo não pode transmitir-se somente pela linguagem, e sim por um todo que inclui o gesto, o toque e o "encontro". Qualquer que seja a finalidade da técnica psicodramática (role playng, técnica pedagógica, sociodrama, psicoterapia, etc), seu campo de ação é a "sessão". A dramatização é o núcleo do Psicodrama e sua finalidade é alcançar o *insight* psicodramático e a catarse de integração.

⁵Bibliografia sugerida

MORENO, J.L. O teatro da espontaneidade. São Paulo Summus, 1984.

MORENO, J.L. Hipnodrama e psicodrama. São Paulo • Summus, 1984.

MORENO, J.L. Fundamentos do psicodrama São Paulo Summus, 1982.

4 A PSICOLOGIA CLÍNICA NO BRASIL

Apesar de que a Psicologia Clínica seja considerada e interpretada como sendo a área mais nobre da Psicologia, vale lembrar que no Brasil, pelo menos, e de acordo com a legislação atualmente em vigor, não existe formação específica em Psicologia Clínica ou o fornecimento de um diploma universitário específico de Psicólogo Clínico. Os Cursos de Graduação em Psicologia no Brasil formam profissionais polivalentes, ou seja, formam profissionais que após graduados podem exercer suas atividades no campo da Psicologia como: Psicólogo Escolar, Psicólogo Organizacional ou da Indústria, Psicólogo Clínico e Docente em Psicologia, entre outros.

Diante da impossibilidade de separar a Psicologia geral da Psicologia Clínica, a exposição que se segue não fará também essa distinção no que concerne às leis e ao currículo.

4.1 O PERÍODO PRÉ-INSTITUCIONAL DA PSICOLOGIA CLÍNICA

No Brasil, a Psicologia não surgiu logo como Psicologia Clínica. Antes de ser Psicologia Clínica a Psicologia, como disciplina, foi ensinada nas escolas a partir de 1930, mais ou menos. O início do ensino da psicologia no Brasil dá-se com a introdução da disciplina no currículo das Escolas Normais. A inclusão da Psicologia nas escolas superiores, por sua vez, pode ser relacionada diretamente às mudanças educacionais ocorridas

após o movimento revolucionário de 1930. Na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e na Faculdade de Filosofia desta mesma instituição, o ensino da psicologia foi introduzido em caráter pioneiro, dando origem ao ensino da psicologia em nível superior.

Entretanto, através de um estudo competente das fontes bibliográficas do período pré-institucional no Brasil, MASSIMI, M. (1984), afirma não se poder falar da existência de psicólogos no Brasil pelo menos nas três primeiras décadas deste século. As únicas atividades que podem ser classificadas como psicológicas nesse período aparecem intimamente vinculadas à Medicina, mais especificamente à Psiquiatria e à Neuriatria. Ainda segundo esse autor, a presença de educadores no campo da Psicologia é muito restrita neste período pré-institucional. O prestígio dos médicos era tão grande e a identificação da Psicologia com a Medicina tão notável que os educadores se sentiam pouco motivados a atuar nesta área.

Neste sentido, assim se manifesta PESSOTI, I. (1988, p.20),

A Psicologia brasileira do período pré-institucional, mesmo quando se volta para as questões sociais e faz de uma posição dirigista, iluminada, fácil de entender, à vista da indulgência cultural da população no período, e da preocupação conquistadora ou catequética da inteligência brasileira de então

A ação dos educadores no campo da psicologia começa a se evidenciar somente a partir de 1930. São fatores importantes, na determinação dessa ação, a difusão dos testes psicológicos e as alterações políticas provocadas pelo movimento revolucionário. A Revolução de 30 encontra alguns pedagogos pre-

parados para proceder à reforma educacional. Em 1931, Lourenço Filho reorganiza o ensino em São Paulo e faz o primeiro largo ensaio de homogeneização de classes escolares por meio de testes psicológicos.

Outra categoria profissional que passa a ter atuação significativa na prática psicológica nesse período é o Engenheiro. Este profissional, cuja atuação até então se configura no âmbito da infra-estrutura social, vê sua posição significativamente alterada em decorrência da articulação econômica, social e política a partir de 1930. A inclusão do Engenheiro na área da psicologia evidencia-se com a criação do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), em 1930. Esta entidade, animada pelo movimento de racionalização do trabalho de Taylor e Fayol, com ampla participação de engenheiros entre seus sócios e dirigentes, apresenta, entre outros objetivos, o de divulgação das técnicas psicológicas aplicadas ao trabalho industrial.

Com o advento do Estado Novo, em 1937, animado por forte espírito centralizador, o IDORT sofre inúmeros golpes e passa a perder sua hegemonia no campo da psicologia aplicada. Outros órgãos, criados sob a influência do IDORT, são também desativados, como foi o caso do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional de Estrada de Ferro Sorocabana, que chegara a prestar orientação direta a setenta e cinco por cento das ferrovias brasileiras.

Na década de 40, a Psicologia é reconhecida no Brasil, tanto como disciplina científica quanto instrumento para a solução dos problemas humanos. A segunda Guerra Mundial e suas consequências no plano interno, tais como o desenvolvimento da

indústria, as migrações para as grandes cidades e as mudanças políticas, determinam importantes alterações na estrutura sócio-cultural. Em decorrência, observam-se mudanças na percepção acerca das funções sociais da educação. As ciências humanas passam a ser vistas como capazes de proporcionar explicações mais satisfatórias das atividades econômicas, políticas e administrativas, bem como de oferecer técnicas para garantir seu aperfeiçoamento.

No início da década de 50, a presença do psicólogo (ou do psicotênico, como também é chamado) já é bastante significativa no âmbito das escolas e, embora já exista a função de orientação educacional, a presença de um profissional especialmente voltado para as atividades psicológicas não é ainda requerida.

Embora a tradição de atuação profissional do psicólogo fosse mais evidente nas áreas da Educação e na Indústria, o Currículo definido para os cursos de formação de psicólogos volta-se, fundamentalmente, para a área clínica.

Esta linha aliás, vem validar as experiências de pós-graduação feitas no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro na década de 50. De modo geral, o currículo não permite a seleção de disciplinas em função de uma única área de atuação profissional. Ou seja, segundo VERSALLI (1989, p. 19), "... a legislação não prevê a habilitação de Psicólogos especialistas e sim do Psicólogo como um profissional", o que explicaria a ênfase que ainda vem sendo dada à formação "ampla" de Psicólogos, ou seja, a formação de profissionais "polivalentes".

Polivalentes ou não, a luta desses profissionais em Psicologia se acirra em fins de 50, sempre tendo em vista a regulamentação da profissão.

Nas clínicas, nessa época, observa-se a presença de psicólogos aplicando testes e outras técnicas psicológicas, sobretudo em crianças e adolescentes. Entretanto, a falta de base legal para o exercício autônomo da psicologia e a identificação desta atividade como privativa do médico, a tornam praticamente inexistente em consultórios de caráter particular.

Em 1953, foi proposta, na Universidade de São Paulo, a criação do primeiro Curso de Formação de Psicólogos, o qual foi efetivamente implantado em 1957. Logo a seguir, outros cursos foram criados. No concernente a Psicologia (curso e profissão relativamente recentes no Brasil), a Lei nº 4.119 (promulgada em agosto de 1962 e regulamentada em janeiro de 1964) (vide Anexo 1, p. 82), privilegia, como em tantos outros casos, a imagem de um profissional liberal de preferência, fato que tem evidentes repercussões sobre a formação do Psicólogo.

De fato, o Parecer 403/62 (vide Anexo 2, p. 90), que fundamenta a Resolução que fixa o Currículo Mínimo e a duração do Curso de Psicologia, apresenta o psicólogo como "... tendo uma posição (que poderá ser de relevo) no concerto das chamadas profissões liberais...". Assim, não é estranho que o Currículo Mínimo então definido (e ainda hoje vigente) tende privilegiar nitidamente o aspecto profissionalizante da Psicologia.

Com a regulamentação da formação e da atuação do Psicólogo, através do Decreto 53.464 de 21/01/62 e da Lei Federal 4.119 (vide Anexos, p. 95) o profissional em Psicologia pode atuar nas seguintes áreas: Psicologia Escolar; Psicologia Industrial; Magistério e Psicologia Clínica.

A partir de 1964, a hegemonia das iniciativas nessa área passa a ser do Governo Federal. Constitui exemplo significativo

dessa nova situação a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que passa a influir decisivamente, seja com base em testes psicológicos, seja com base em outros critérios, na seleção de pessoal de vários Estados. A Fundação Getúlio Vargas, cuja criação foi também animada pelo Governo Federal, torna-se a mais importante entidade dedicada à aplicação profissional da Psicologia, sobretudo a partir da implantação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional, que teve como primeiro diretor o professor Emílio Mira y Lopes.

Assim sendo, e na visão de PESSOTTI (1988, p. 30),

A convivência salutar da Psicologia com as disciplinas da Filosofia ou das Ciências Sociais foi perdida e, além disso, diferentes disciplinas de psicologia que antes antes formavam um núcleo único passaram a constituir departamentos independentes e por vezes dissociados e mesmo antagônicos, o novo status universitário implicou inevitavelmente a inserção da psicologia na luta pelo poder no âmbito das universidades, enquanto a formação de uma nova categoria profissional liberal extra-universitária levou à competição pelo poder dos órgãos de classe e a uma certa fratura entre o trabalho acadêmico intramuros e a atuação profissional aplicada, fora da universidade. Enquanto profissionalizante, a formação em psicologia passou a ser muito procurada, o que fez da abertura de tais cursos um atraente investimento comercial com a resultante proliferação desses cursos em instituições ineptas...

Dado que, até o advento da lei que regulamentou a profissão de psicólogo a atividade terapêutica era exercida exclusivamente por médicos, em várias ocasiões surgiram conflitos entre as duas categorias de profissionais. Durante a própria tramitação do Projeto-de-Lei nº 4.119 de 27/08/1962, no Congresso, foram notadas pressões de grupos ligados à área médica no

sentido de que fosse retirado o item referente à competência do psicólogo para atuar na solução de *problemas de ajustamento*, termo criado a fim de evitar a pressão dos médicos para que a profissão pudesse ser regulamentada. O conflito mais significativo ocorrido desde a regulamentação da profissão foi, entretanto, o decorrente da apresentação, em 1980, de um Projeto-de-Lei, de autoria do deputado Salvador Julianelli, à Câmara Federal. Esse projeto, caso fosse aprovado, tornaria privativa do médico a utilização de procedimentos psicoterápicos, ainda que o atendimento individual em Psicologia ocorresse mediante prescrição ou indicação exclusiva do médico. Tão intensas foram, porém, as manifestações dos Psicólogos e de outras categorias que seriam prejudicadas com a aprovação do projeto que, antes mesmo de ser votado, o deputado Salvador Julianelli decidiu pela sua retirada.

4.2 A CARACTERIZAÇÃO (CLÍNICA) DA PROFISSÃO DO PSICÓLOGO

Apesar de todas as vicissitudes pelas quais passou e passa a Psicologia, na atualidade seus procedimentos clínicos são bem vistos pela maioria dos profissionais da área. E isto vai de encontro às opiniões daqueles autores que consideram a profissão do Psicólogo como a que guarda fortes tendências clínicas de caracterização.

Essas tendências clínicas de caracterização podem ser identificadas quando a própria Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia confere (veja página 34), como um dos elementos básicos do método profissional, aplicado pelos psicólogos, na *intervenção em fenômenos psíquicos* por exemplo.

Outros dados, tais como: *analisar e estudar o comportamento, características de personalidade, diagnóstico e prognóstico*

co das condições de ajustamento, utilização de *métodos preventivos, psicoterápicos* e de *reabilitação*, por si só forçam a compreensão e asseguram a tendência clínica apresentada nos termos próprios e adequados ao poder e ao jargão médico.

CONSOLIDAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DO
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA*

TÍTULO I - DA CARACTERIZAÇÃO DA PROFISSÃO

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 01 - Para definir as atribuições profissionais do Psicólogo no Brasil é adotada como caracterização básica a descrição aprovada pelo IV Plenário do CFP e encaminhada ao Ministério do Trabalho para integrar o Catálogo Brasileiro de Ocupações, que segue anexa e passa a fazer parte integrante desta Consolidação

Art 02 - É a seguinte a conceituação dos termos utilizados no art. 13. Parágrafo 01 da Lei 4 119/62, de 27 de agosto de 1962, quando estabelece o que constitui função privativa do psicólogo

- I - MÉTODO - conjunto sistemático de procedimento orientado para fins de produção e/ou aplicação de conhecimentos.
- II - TÉCNICA - entende-se como toda atividade específica, coerente com os princípios gerais estabelecidos pelo método.
- III- MÉTODOS PSICOLÓGICOS - conjunto sistemático de procedimentos aplicados à compreensão e/ou intervenção em fenômenos psíquicos nas suas interfaces com os processos biológicos e sócio-culturais, especialmente aqueles relativos aos aspectos intra e interpessoais.

* Extraído de Revista Psicologia - Legislação, n. 6, p. 44-45, Conselho Federal de Psicologia, 1989.

- IV - DIAGNÓSTICO PSICOLÓGICO - é o processo pelo qual, através de Métodos e Técnicas psicológicas, analisa-se e estuda-se o comportamento de pessoas, de grupos, de instituições e de comunidade, na sua estrutura e no seu funcionamento. Identificando-se as variáveis nele envolvidas.
- V - ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL - é o processo pelo qual, através de Métodos e Técnicas Psicológicas, investigam-se os interesses, aptidões e características, da personalidade do consultante, visando proporcionar-lhe condições para a escolha de uma profissão.
- VI - SELEÇÃO PROFISSIONAL - é o processo pelo qual, através de Métodos e Técnicas Psicológicas, objetiva-se diagnosticar e prognosticar as condições de ajustamento e desempenho da pessoa a um cargo ou atividade profissional, visando a alcançar eficácia organizacional e procurando atender às necessidades comunitárias e sociais
- VII- ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA - é o processo pelo qual, através de métodos e técnicas psicológicas, proporcionam-se condições instrumentais e sociais que facilitem o desenvolvimento da pessoa, do grupo, da organização e da comunidade, bem como condições preventivas e de solução de dificuldades, de modo a atingir os objetivos escolares, educacionais, organizacionais e sociais.
- VIII-SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE AJUSTAMENTO - é o processo que propicia condições de auto-realização, de convivência e de desempenho, para o indivíduo, o grupo, a instituição e a comunidade, mediante métodos psicológicos preventivos, psicoterápicos e de reabilitação.

Evidencia-se, então, que os cursos de Psicologia, implantados com base na legislação específica, passaram a habilitar profissionais para a área clínica e se voltaram menos para as áreas da indústria e da escola. Por esta razão logo se mostraram

bastante distanciados de suas propostas iniciais e da realidade social e de mercado.

A área clínica vem desfrutando da preferência dos psicólogos desde a regulamentação da profissão, pelo fato de ser a que mais proporcionaria a realização profissional, em termos de autonomia, ou ainda por evocar similaridade com a profissão do médico - símbolo da profissão liberal socialmente prestigiada.

Outra forma de se verificar a importância obtida pela profissão no decorrer do tempo é, segundo PESSOTTI (1988, p. 30), aquela que ocorre através da

. aceitação e respeito da opinião pública pela função de psicólogos como distinta da atuação médica, sacerdotal ou pedagógica a figura do psicólogo já faz parte da cultura nacional (de classe média, pelo menos), a criação e dinamização dos Conselhos Federal e Regional, a solidez de várias Sociedades de Psicologia de abrangência regional ou nacional voltadas para as questões do saber psicológico ou para o treinamento especializado ..

Assim, através das atividades que desenvolve, o psicólogo clínico da atualidade proporciona sua identificação. Esta identificação se dá por determinadas maneiras e/ou tipos de procedimentos que podem ser denominados de *postura* respaldada pelas atribuições profissionais asseguradas por lei, bem como pelos locais que ocupa no atendimento de pessoas: atendimento em consultório, uso de salas especiais, etc.

De qualquer forma, ao se falar em Psicologia Clínica, torna-se necessário precisar melhor o termo *clínica*. Clinicar é um verbo que na língua portuguesa recebe uma diversidade de significações. Entretanto, quase todas as significações estão ligadas a uma única raiz: *in(clinar)se*.

Sendo assim, ao se considerar o termo *clínica* como aquele que serve de identificador da especialidade ou do local onde um psicólogo recebe pessoas que querem consultar-se com ele, torna-se imperativo perguntar: *sobre o que o Psicólogo Clínico se inclina?*

Esta questão até poderá ser respondida, mas mesmo assim, ainda não será suficiente para situar a contento, de onde, como e porque foi proporcionando o surgimento da Psicologia Clínica no Brasil e seu respectivo modelo, cuja configuração se caracteriza pelo uso de salas especiais, consultórios, divãs, etc.

Como já se pode antever, é improvável que tenha sido o Brasil mesmo o país que possibilitou a configuração do modelo e da postura adotadas pela Psicologia Clínica aqui vigente. Para se tentar entender este "surgimento" e este "modelo e/ou postura", é interessante e instrutivo ler o artigo de PESSOTTI (1988), onde o autor faz um apanhado bastante significativo da História da Psicologia no Brasil desde o período por ele chamado de pré-institucional, até a criação e a dinamização dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. Neste artigo, podem-se encontrar algumas indicações da origem da Psicologia, mas não da Psicologia Clínica, a qual, escreve PESSOTTI (1988, p. 18), na época não tinha a "determinação de construir uma Psicologia ou explicar psicologicamente algum problema, ou ainda, a de utilizar uma terminologia psicológica convencional".

Assim sendo, para se ter uma pequena noção da origem da Psicologia Clínica e do seu "modelo", ter-se-ia que recorrer à História do Nascimento da Medicina, de onde se originou a Clínica Médica, que, no dizer de CLAVREUL (1978, p. 185)

. . não difere fundamentalmente da clínica psiquiátrica. Também aí o que im-

porta é coletar o máximo possível de informações, que são obtidas junto à família e à assistente social com tanto ou mais respeito do que junto ao doente. Em grande parte, tal método depende do interrogatório policial, o que não exclui nem os métodos de intimidação, nem a astúcia

Sabe-se que os historiadores das ciências, como os historiadores da Medicina, constroem a história em função de sua ideologia. Assim, a data de nascimento da Medicina, por exemplo, poderia ser fixada nos últimos anos, há alguns séculos, e até mesmo nas origens do mundo, segundo o que tem a demonstrar. M. FOUCAULT escreve: "A Medicina moderna fixou ela própria seu nascimento nos últimos anos do século XVIII" o que confirma o que se disse acima. Esta mesma asserção já data de algum tempo e tem, sobretudo, o defeito de induzir o leitor à consideração de que a origem da Clínica Médica precede, inclusive, o nascimento da Medicina.

De forma semelhante, parece que a mesma vicissitude que atingiu a história da Clínica Médica na Medicina, se transferiu, também, para a história do desenvolvimento da Psicologia Clínica.

Desta forma, verifica-se que para entender o desenvolvimento da origem do "modelo" e/ou da "postura" adotada pela Psicologia Clínica, não basta tentar encontrá-la em determinados momentos históricos ou na importância política e territorial da instituição formadora. Ou ainda, no espaço político e territorial do Hospital Geral que visava, segundo FOUCAULT (1974, p. 106) "impedir a mendicância e a ociosidade, na medida em que são fontes de desordem: os pobres, sobretudo...".

Nesta relação entre ricos e pobres, FOUCAULT (1974, p. 141) denuncia ainda que:

.. a assistência aos 'pobres' é praticada na medida em que ela implica um cálculo dos ricos, e esses últimos, os burgueses, contribuem para a edificação de todo o sistema hospitalar sob uma só e única condição, permitir observações úteis primeiro a eles mesmos e ao resto por derivação

Portanto, pode-se salientar o aspecto evidente de que o modelo adotado para proporcionar uma identificação (no sentido de reconhecimento), foi o da Medicina dos Ricos. Também o posicionamento profissional do psicólogo clínico frente aos conceitos de *saúde* e *doença* modificou-se, e, por isso, é importante conhecer, pelo menos um pouco a evolução do conceito da "normalidade" no âmbito social.

O conceito de "normalidade" pode ser contraposto de forma mais direta ao conceito de "anormalidade", quando este último é tomado na acepção de fora do comum, de contrário aos padrões estabelecidos, ou, então, conforme o dito popular, de *loucura*. Esta, no dizer de FOUCAULT (1974, p. 190),

.. antes do século XVIII, ... não era sistematicamente internada, e era essencialmente considerada como uma forma do erro ou da ilusão. Ainda no começo da época clássica, a loucura era percebida como pertencendo às quimeras do mundo, ela podia viver no meio delas e só tinha de ser separada quando assumia formas estranhas ou perigosas

A loucura, como fenômeno estrutural, não pode apresentar-se como uma caracterização uniforme e, devido a isto, tem sido interpretada de diversas maneiras, conforme o local e a

época histórica. Assim sendo, na Idade Média, a loucura era vista com respeito. Após o surgimento do capitalismo, pobres e loucos passaram a ser vistos como ameaças sociais, como pessoas que viviam no ócio, que se negavam a trabalhar, e que não produziam. Concomitante a isto, o louco passou a ser visto também como aquele que não controla o uso das suas faculdades.

FOUCAULT (1972, p. 251) informa que: "A loucura, portanto, é negatividade. Mas negatividade que se dá numa plenitude de fenômenos..". Assim, loucura passa a ser uma afronta às regras, e a classe dominante se viu impelida a encontrar meios para isolar e neutralizar essas "ameaças". Essa nova ideologia passou então a ensinar que os *desviantes* são seres inferiores e que, portanto, é necessário criar locais para contê-los e assim evitar a contaminação social.

Entretanto, os problemas sociais sempre existiram e, por isso, sempre foram negados. Como sua constante negação resulta num determinado incômodo, sempre procurou-se administrá-los e explicá-los da melhor maneira, visando a uma convivência menos desgastante.

É neste contexto e como intermediador entre estes eventos que surge a oportunidade para que a maioria dos "especialistas" em saúde mental passem a utilizar o "saber" que detêm em suas funções, para servirem a máquina industrial, "concertando" suas peças (o homem), e ditando o que seria a conduta normal e anormal, assim como disfarçando as deficiências do sistema, pela atribuição das anormalidades à psicopatologia individual.

O conceito de "saúde" também mudou a partir do momento em que mudaram as relações com o trabalho e com o desenvolvimento industrial. Com estas mudanças, também o trabalhador teve que

se especializar, passando a ocupar um outro lugar na produção. Esta nova "posição" logo se revelou elevadora do custo social da mão-da-obra.

Assim sendo, o cliente da Medicina passou a ser o trabalho e sobreveio um outro caráter à atividade médica: a medicina passou a orientar-se para a produção de saúde visando o aumento da produção do trabalhador para o sistema. Com isto, a Medicina abandonou em parte, em caráter mágico, onde a morte se colocava como um componente, talvez o principal, da atividade médica.

Objetivando torná-la um saber intencionalmente produtivo, a agora denominada "Medicina do Trabalho" ou "Medicina Social" fundou, em primeira instância, uma moral que, com a criação dos Hospitais Gerais, afastava da vida social *normal* os doentes e os inativos da produção socialmente significativa.

A função de manter a permanência e o bom funcionamento da força de trabalho, própria da Medicina, levou à transformação da Clínica Médica, sendo que esta nunca teve relações com o desenvolvimento da Medicina dos Ricos. Esta Medicina não era dirigida para produzir a aptidão para aquilo que seria do interesse do Estado, mas sim para a consecução de um objetivo mais vago: *a busca da felicidade da pessoa humana*.

Neste tipo de Medicina não só o atendimento técnico (e as teorias e terapias subjacentes) era mais individual e diferenciado, como se mantinha o aspecto mágico da profissão, que era entendida como um saber integrativo em muitos níveis, imaginários e simbólicos, do problema da morte.

A Psicologia, oriunda da Filosofia como ciência inicial da alma, após sua regulamentação, recebeu atribuições e características (vide p. 33) com fortes tendências clínicas oriundas,

principalmente, da influência médica. Neste sentido, a partir da sua criação, a Psicologia após sofrer divisões em áreas re-produz, pelo viés da Psicologia Clínica, a trajetória da Medicina dos Ricos, pretendendo-se também detentora de um saber integrativo, não da morte como aquela, mas da vida psíquica e da felicidade do ser humano.

Apesar do esforço feito no sentido de dar à área clínica da psicologia um caráter mais social, mais voltado para a maioria desassistida, os resultados positivos que eram esperados, ainda não foram detectados.

Desta maneira, pode-se mesmo colocar a questão sobre a possibilidade do surgimento da Psicologia Clínica antes dos "problemas psicológicos". Ao que tudo leva a crer, a Psicologia Clínica no Brasil nem sempre esteve aí, disposta como se apresenta hoje, pois é evidente que ela está ligada inexoravelmente ao surgimento do que se poderia denominar "problemas de desajustamento" e "ou "problemas psicológicos".

A Psicologia Clínica, tal como se acredita entendê-la, tal como atrai hoje a atenção daqueles que se interessam e trabalham nesta área, esta Psicologia Clínica nem sempre esteve neste lugar de relevo que inúmeras pesquisas não se cansam de apontar. Houve um tempo no qual não se tinha previsto um lugar particular para esta Psicologia Clínica que, uma vez criada, passou rapidamente a ser considerada como a área mais nobre da Psicologia, dentre as demais.

Este lugar dado à Psicologia Clínica tem como efeito cristalizar um mercado de trabalho, adequá-lo a essa nova profissão de surgimento: "o Psicólogo Clínico".

Esse investimento em nome de um ideal da "pessoa ajustada" porque "submetida a um processo terapêutico" vai repercutir direta e profundamente na sociedade em sua totalidade.

Esta nova Psicologia, agora Clínica, passa a ser, antes de tudo, um campo de atuação profissional dentro de uma área de conhecimento.

Entretanto, a Psicologia Clínica, por sua vez, da mesma forma que outras áreas, tem dificuldades de alterar seu atual quadro, porque o profissional exerce sua prática de acordo com um modelo reproduzido pela sociedade e pela instituição formadora. Este, acreditando que sua ação profissional é inquestionável e certa, supõe gerar consequências eficientes e positivas. Mas, eficientes para quem?

Na verdade, e na grande maioria das vezes, esta eficiência está voltada para o sistema, uma vez que a proposta é *recuperar* aqueles indivíduos que *criam problemas*, que perturbam a instituição.

Disso decorre a interpretação dos problemas psicológicos como centrados no pressuposto enganador de que se situam dentro do *cliente*, excluindo, desta forma, a relação deste com o outro e com determinantes sociais. Este fato ocorre menos naquelas linhas adotadas como suporte teórico por determinados Cursos de Graduação em Psicologia que afirmam que o cliente é o agente de seu processo terapêutico, e que o terapeuta não é senão um facilitador para que o desejo do cliente seja reconhecido.

Contudo, parece que a manutenção deste posicionamento não depende somente de iniciativas particulares, mas também da conscientização daqueles que trabalham na área e dos que lecionam nas Instituições de Ensino. Todos - profissionais e docentes,

pois são os que têm as melhores condições para tanto - deverão reavaliar a posição até então assumida, para, diante do proposto por BOTOMÉ(1988, p. 274), passaram a considerar que:

A Psicologia, como campo de atuação profissional . precisa constituir-se em objeto de estudo e de intervenção pelos que investigam o objeto a ela relacionado . ou por quem prepara os que vão exercer a profissão denominada por este nome.

A Psicologia Clínica é uma atividade que não tem ainda bem definido e delimitado seu objeto de estudo e de trabalho e, se a Psicologia Clínica desejar atingir o "status" de ciência, deve ser crítica com relação ao produto que produz e permanecer sempre alerta para possíveis distorções, onde as ideologias podem exercer influência decisiva. Toda ciência se baseia em pressupostos que devem ser explicitados, e aspira a determinados objetivos. A questão maior é escolher os pressupostos mais adequados aos seus objetivos.

4.3 O ASPECTO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA CLÍNICA

4.3.1 Observações Iniciais

A exposição que segue se orienta no conceito de "profissão" e suas dimensões, conforme AZEVEDO (1989), que são as seguintes:

- toda profissão tem uma função específica na sociedade, que consiste no atendimento a uma necessidade própria por parte do profissional respectivo;
- a profissão se caracteriza por um certo número de atribuições que são conferidas ao profissional, a fim de atender a essas necessidades;
- para o exercício de suas funções (atribuições) o profissional necessita de certas qualificações. Estas são geralmente adquiridas através da realização de cursos específicos e/ou de períodos de treinamento (formação);
- toda profissão se caracteriza necessariamente pela prática profissional, ou seja, pelo exercício das funções por parte da pessoa que escolheu essa profissão;
- finalmente, toda profissão tem suas características de remuneração e procura congrega seus membros em órgãos de representação de classe;
- uma deontologia; ou seja, ética profissional.

4.3.2 Necessidades Sociais a que a Psicologia Clínica deve atender, segundo a Lei e sua Interpretação na Prática

Como foi visto, a Lei nº 4.119 confere aos psicólogos diplomados o direito ao exercício de funções privativas, entre as quais se distingue a *solução de problemas de ajustamento*, por parte do Psicólogo Clínico. Para tanto, este se utiliza de vários meios, métodos e técnicas, com o fim de devolver o mais rapidamente possível o indivíduo às suas atividades normais. Em outras palavras, *sua função é normalizadora*.

Mas quando se fala de prática da Psicologia Clínica (na maioria das vezes centrada num único indivíduo), é necessário esclarecer que esta prática é, na atividade, executada com um enfoque meramente curativo, por privilegiar somente o aspecto patológico do organismo. Destarte, acredita-se ser este o meio encontrado por aqueles profissionais, dentro da conjuntura atual, de desenvolver e manter sua prática de modo a oferecer serviços à população, bem como de gerar recursos para sua própria sobrevivência.

Também é necessário frisar que além da prática profissional, com as características apontadas, outras poderiam ser desenvolvidas. No entanto, o que se vê é que a função do psicólogo clínico tem sido basicamente aconselhadora. Este profissional, supostamente capacitado a intervir em quase todos os aspectos concernentes à psiquiatria tem assumido, em determinadas situações, um papel passivo, quando não assistencialista de esperar a ocorrência do problema para oferecer "terapias" paliativas.

Outro aspecto refere-se à perene ênfase no tratamento dado à psicopatologia e às atitudes e procedimentos padronizados como técnica e referencial para o "atendimento" e tratamento das

"anormalidades" de um indivíduo. Esta tem sido a tendência usualmente encontrada na caracterização dessa profissão.

O surgimento e a implantação da Psicologia no país mantêm essa tendência. A própria legislação que regulamenta seu exercício fortalece a tendência historicamente predominante, impondo aos executantes e à população geral a inércia de uma definição que parece útil a um modelo de trabalho em saúde muito pouco eficaz para realizar um efetivo serviço de melhoria e desenvolvimento das condições de saúde mental da população do país.

BOTOMÉ et al. (1986), ao estudarem as possibilidades de atuação do psicólogo, propõem um roteiro orientador para uma sequência de atividades que podem auxiliar na identificação da atuação profissional voltada para o atendimento das necessidades da população na região onde vai se desenvolver a atuação profissional. As atividades propostas vão desde a identificação de problemas sociais até a proposição de alternativas de atuação para cada um desses problemas.

Esses trabalhos, na verdade podem ser considerados *estratégias-programa* para o desenvolvimento de disciplinas no curso de graduação, que permitem uma inclusão imediata, de unidades (disciplinas) de ensino que instruem o estudante a orientar suas decisões de atuação em função de necessidades emergentes.

A adoção das sugestões de BOTOMÉ et al., aumentaria a possibilidade de que os profissionais formados fossem capazes de lidar com uma parcela dos problemas sociais, e não apenas com "técnicas para lidar com situações muito específicas entre as quais a situação privilegiada é aquela em que 'pinta' um problema com um 'indivíduo'", no dizer de MELLO (1984, p. 10).

Ao que parece, está ausente nas instituições de ensino superior, combinada com determinantes sócio-econômicos, tradição profissional, concepções pré-científicas, sistema educacional, legislação existente, etc, um conhecimento suficientemente desenvolvido para influir nas definições básicas e na orientação do que deva ser o campo de atuação profissional denominado Psicologia Clínica.

4.3.3 Atribuições do Psicólogo Clínico, segundo o Conselho Federal de Psicologia

Preocupado em diminuir e até coibir possíveis aumentos de distorções, assim como, para estabelecer uma espécie de "modelo" de procedimentos, o Conselho Federal de Psicologia delimitou como atribuições profissionais do psicólogo no Brasil*, as que se seguem abaixo:

1-94.10 PSICÓLOGO

Procede ao estudo e análise dos processos intra-pessoais e das relações interpessoais, possibilitando a compreensão do comportamento humano individual e de grupo, no âmbito das instituições de várias naturezas, onde quer que se dêem estas relações. Aplica conhecimento teórico e técnico da psicologia, com objetivo de *identificar e utilizar fatores determinantes das ações dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social*, vinculando-as também a condições políticas, econômicas, históricas e culturais.

O psicólogo, dentro das suas especificidades profissionais, atua no âmbito da educação, saúde, trabalho, justiça e comunidades, em nível primário, secundário e terciário.

* Extraído de. Revista Psicologia-Legislação, n. 6, p. 64-72, Conselho Federal de Psicologia, 1989.

Procede a formulação de hipóteses e a sua comprovação, observando a realidade e efetivando experiências de laboratório e de outra natureza, para obter elementos relevantes ao estudo dos processos de desenvolvimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano e animal, analisa a influência dos fatores hereditários, ambientais e psico-sociais sobre o indivíduo, na sua dinâmica intra-psíquica e suas relações sociais, para orientar-se no diagnóstico e atendimento psicológico, *promove o tratamento de distúrbios psíquicos*, estudando características individuais e de grupo atuando para favorecer um amplo desenvolvimento psico-social, elabora e aplica técnicas de exame psicológico, utilizando seu conhecimento e práticas metodológicas específicas, para conhecimento das condições de desenvolvimento, da personalidade, dos processos intra-psíquicos e das relações interpessoais, efetuando, recomendando e encaminhando o atendimento adequado.

O psicólogo desempenha suas funções e tarefas profissionais em instituições privadas ou estatais, no âmbito da saúde, educação, trabalho, justiça e comunidades, em hospitais, ambulatorios, centros e postos de saúde, consultórios, creches, escolas, associações comunitárias, empresas, sindicatos, fundações, juzes de menores e de família, penitenciárias, associações profissionais e esportivas, clínicas especializadas, psicotécnicos, núcleos rurais etc

As atribuições do Psicólogo Clínico e seu respectivo detalhamento são, segundo o Conselho Federal de Psicologia, as seguintes

1.94.35 - PSICÓLOGO CLÍNICO

Introdução

Atua na área específica da saúde, colaborando para a compreensão dos processos intrapessoais e interpessoais. Faz psicoterapia, utiliza enfoque preventivo ou curativo, isoladamente ou em equipe multiprofissional em instituições formais ou informais. Realiza pesquisa, *diagnóstico e intervenção psicoterápica individual ou em grupo*.

Descrição de ocupação (detalhamento das atribuições)

1. Realiza diagnóstico psicológico através de entrevistas, observações e testes, com vistas à prevenção e *tratamento de problemas de ordem existencial, emocional e mental.*

2 Realiza *atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo* adequado às diversas faixas etárias, em instituições de prestação de serviços de saúde ou em consultório particular.

3 Realiza atendimento familiar para orientação ou acompanhamento psicoterápico.

4. Realiza *atendimento a crianças com problemas emocionais*, psicomotores e psicopedagógicos.

5 Acompanha psicologicamente a gestante durante a gravidez e o puerpério, para *fornecer apoio emocional e informações*, além de conscientização e integração das vivências corporais próprias dessas fases

6. Prepara psicologicamente pacientes para cirurgias, para exames que constringem física e psicologicamente e para alta hospitalar.

7. Promove a adaptação de pacientes ao ambiente hospitalar

8 *Trabalha a situação de debilidade emocional*, em face de momentos críticos inerentes à vida, inclusive de doenças em fases terminais

9. Participa da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a *adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas* à realidade psicossocial da clientela

10 Cria e sistematiza tecnologias próprias dirigidas ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com objetivo de qualificar o desempenho das várias equipes.

11 Participa da elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental, em nível de atenção primária, em instituições como creches, asilos, sindicatos, associações, instituições de menores, penitenciárias, entidades religiosas etc.

12 Colabora em equipe multiprofissional no planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e microssistemas.

13. Coordena e supervisiona as atividades de psicologia em instituições ou estabelecimentos destinados ao *tratamento psicológico* ou que o incluam em suas atividades

14. Realiza pesquisas visando à construção e à ampliação do conhecimento teórico e aplicado, no campo da saúde.

Por outro lado às atribuições do professor de Psicologia, segundo o Conselho Federal, são

1 41 40 - PROFESSOR DE PSICOLOGIA (ENSINO DE 2º GRAU)

Leciona psicologia em cursos de 2º grau selecionando, nos vários campos da psicologia, os conteúdos teórico-práticos pertinentes aos objetivos do curso em que se insere e a disciplina, transmitindo-os através de técnicas didáticas adequadas, para proporcionar os alunos condições de compreensão e utilização dos conhecimentos gerados pela ciência psicológica desempenha tarefas similares às que realiza o professor de língua portuguesa e literatura brasileira (ensino de 2º grau), (1 41 15), porém é *especializado em ministrar aulas de psicologia*, devendo ter como habilitação mínima a licenciatura em psicologia.

1.36.80 - PROFESSOR DE PSICOLOGIA (ENSINO SUPERIOR)

Leciona psicologia em cursos superiores selecionando, nos vários campos da psicologia, os conteúdos teórico-práticos pertinentes aos objetivos do curso em que se insere a disciplina, transmitindo-os através de técnicas didáticas adequadas de forma a possibilitar aos alunos a compreensão e utilização de conhecimentos psicológicos desempenha tarefas similares às que realiza o professor de direito constitucional (ensino superior), (1.36.15), porém é *especializado em ministrar aulas de psicologia*, tanto para o curso de formação de psicólogos, como para a formação de outros profissionais de nível superior que demandam conhecimentos técnico-científicos de psicologia.

No caso de lecionar disciplina do currículo dos cursos de psicologia, transmite o

corpo de conhecimento da Psicologia e seu processo de construção ao longo da história, informa acerca do desenvolvimento de instrumentos e técnicas psicológicas e suas aplicações nas diversas áreas de atuação do psicólogo, informa acerca dos conhecimentos e práticas que caracterizam a atuação do psicólogo nas diversas áreas de aplicação das ciências humanas, como por exemplo no trabalho, na saúde, na educação, na justiça e nas comunidades, e supervisiona os estágios curriculares. Deve também *propiciar condições necessárias ao desenvolvimento de atitudes científicas, análise crítica e postura ético-profissional*, devendo ter a habilitação mínima de bacharel em psicologia ou o grau de psicólogo

As atribuições do Psicólogo, do Psicólogo Clínico e do Professor de Psicologia, definidos pelo Conselho Federal de Psicologia contém as seguintes imprecisões:

- a) não se pode impor de cima para baixo as atribuições inerentes a uma profissão visto que sua existência se justifica pelas necessidades sociais às quais procura atender. Para se chegar ao rol de atribuições que compõe uma profissão, ter-se-ia que partir da observação de uma amostra representativa dos afazeres dos profissionais atuantes na área, verificando quais os problemas que procuram solucionar, as atividades inerentes ao processo de solução de um problema e suas respectivas frequências, onde e como cada atividade é exercida, para então se chegar a uma síntese das atribuições profissionais de uma ocupação.

Não se pode prescrever *a priori* ao Psicólogo o que deve fazer, como e onde atuar, pois não se pode prever todos os detalhes de sua atuação na realidade, quando este procura atender às necessidades sociais que cons-

tituem a justificativa para sua atuação profissional. A propósito, no rol das atribuições do Professor de Psicologia de nível superior, nada se diz sobre as atividades de pesquisa a que muitos professores da Psicologia certamente se dedicam.

- b) Nota-se da análise das atribuições do Psicólogo, tais como foram definidas pelo Conselho Federal de Psicologia, uma tendência marcadamente positivista, cujo modelo de ciência é o das Ciências Naturais de descrição dos fenômenos e de sua explicação em termos de causa e efeito, formulação de hipóteses e sua verificação, realização de experimentos, etc.
- c) Segundo o documento, o Psicólogo atua na área específica da "saúde". Ora, toda a formação do Psicólogo nos cursos superiores é feita fora da área da saúde. Necessariamente teria que se fazer a especificação de que o Psicólogo Clínico trabalha na área da "saúde mental".

A atuação do Psicólogo é restrita a quatro sub-áreas (Escolar; Organizacional; Clínica e Magistério). Seus locais de trabalho continuam a se restringir às Escolas, às instituições públicas e privadas, sendo o consultório particular o lugar preferencialmente eleito pelo Psicólogo Clínico para efetuar seus atendimentos psicoterápicos.

- d) As atribuições conferidas pelo Conselho Federal de Psicologia ao Psicólogo, ao Psicólogo Clínico e ao Professor de Psicologia são estáticas e como tais, não acompanham a dinâmica da evolução das necessidades

da população a que o Psicólogo procura atender na prática de sua vida profissional e, por conseguinte, o sistema de definição das atribuições necessita ser modificado.

Desta forma se evidencia que há ausência de congruência entre as atribuições conferidas ao psicólogo e as necessidades reais da população que deveriam ser atendidas.

Presume-se que isto ocorra pelo fato de que as atribuições anteriormente estabelecidas como "modelo" de procedimento do Psicólogo Clínico, foram-lhe outorgadas sem que sobre elas se fizessem uma análise prévia e crítica da sua adequabilidade de aplicação e uso. Assim sendo, as atribuições especificadas no documento não contemplam a possibilidade de que as necessidades sociais da população, no seu dinamismo, sejam atendidas como deveriam.

Por outro lado, pode-se apontar que as atribuições listadas pelo Conselho Federal de Psicologia na sua grande maioria não são exercidas na prática, haja vista seus itens, onde pode-se verificar o que a "lei" exhibe. Por exemplo, no item 2, quando se propõe "atendimento psicoterapêutico individual em um grupo *adequado às diversas faixas etárias...*" no item 4, "*realiza atendimento a crianças* com problemas emocionais...". Esta disposição até parece querer insinuar que a "criança" é algo diferente, não pertencente a qualquer faixa etária.

Já no item 14, há um "convite" à pesquisa, "à construção e à ampliação do conhecimento teórico e aplicado no campo da saúde", onde, a saúde mental - já que se trata das atribuições do Psicólogo Clínico - sequer é mencionada.

Acredita-se que caso o objeto de estudo e o objeto de trabalho da Psicologia Clínica estivessem bem definidos e caracterizados, estas incongruências seriam amenizadas e em muito seria facilitada tanto a construção quanto à ampliação do conhecimento teórico e aplicado, não do campo da saúde, mas sim do campo de atuação profissional do Psicólogo Clínico, e inclusive, com sua melhor delimitação.

Ademais, note-se que ao professor da área da Psicologia, o Parecer 403/62, o autoriza a lecionar Psicologia. Da mesma forma, embora o item 14 das Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil indique a realização de pesquisas, o que se constata é que esta atribuição não está sendo exercida na prática tanto quanto seria recomendável.

Diante do exposto, evidencia-se que, na Psicologia Clínica, vigora uma efetiva distância entre as expectativas dos alunos e o que se tenta transmitir e ensinar nas instituições de ensino, entre aquilo que a prática exige e o que se faz enquanto profissional.

Sendo assim, torna-se necessário algo a mais que listar um determinado número de atribuições a serem exercidas pelos profissionais. Há exigências em se proceder à mudanças com urgência. Devido a isto, tanto a legislação sobre o exercício profissional quanto as normas dominantes precisam ser, no mínimo, aperfeiçoadas. As mesmas devem ser alteradas sempre que existir conhecimento novo e razoável grau de concordância sobre as modificações a serem introduzidas. As leis devem visar o bem da sociedade e não impedir o desenvolvimento de uma profissão, no caso a Psicologia Clínica. A legislação e as normas que estão em vigor restringem a atuação profissional dos psicólogos a algumas poucas atividades relacionadas ao atendimento

de pessoas com desvios de conduta e/ou comportamento inadequados, sem que seja especificado claramente que "desvios" são estes, e quais são os comportamentos que são inadequados, e para quem.

4.3.4 Processo de Formação do Psicólogo Clínico

4.3.4.1 Considerações Gerais

Como foi visto, o exercício das atribuições pelo profissional exige deste um certo número de qualificações que conforme a profissão, podem variar em espécie e intensidade de uma profissão para outra. As qualificações são transmitidas ao futuro profissional nos cursos e períodos de treinamento. No Brasil, no caso da Psicologia Clínica, o futuro profissional faz o curso de psicologia e um Estágio Supervisionado de 5º ano de 240 horas, no mínimo, durante o ano letivo.

O Curso de Psicologia é ministrado pelas instituições de ensino superior cuja atribuição é tanto o ensino como a pesquisa em Psicologia, como Área de Conhecimento.

4.3.4.2 Área de Conhecimento e Objeto de Estudo

Toda área de conhecimento se distingue por um objeto de *estudo* que pode ser um determinado tema, assunto ou problema (conforme o grau de abrangência). Já um campo de atuação profissional se orienta pelo interesse em *intervir* na vida prática das pessoas e na realidade física ou social onde eles vivem. Tanto uma área de conhecimento quanto um campo de atuação profissional podem ter, inclusive, o mesmo objeto de interesse, mas são diferentes pelos objetivos: *produzir o saber*, no caso da área de

conhecimento, e utilizar o conhecimento produzido, no caso do campo de atuação profissional.

No caso da Psicologia Clínica, que constitui uma sub-área da Psicologia, há uma relação muito estreita entre o objeto de estudo e o objeto de trabalho.

Quanto ao objeto de estudo, as definições têm se orientado, fundamentalmente, para o estudo da psicopatologia, ou ainda, para o desvelamento de motivos profundos, inconscientes e/ou aquilo que se convencionou chamar "desajuste emocional" (termo criado a fim de que o Decreto que regulamentou a Lei 4.119/62, fosse aprovado). Este termo criado, designa o objeto de trabalho da Psicologia Clínica no exercício de sua atividade profissional.

A concepção da psicopatologia como objeto de estudo da Psicologia Clínica é estreita demais, pois tradicionalmente, exclui o estudo das causas que levam ao desajuste. Este pode ser determinado por variáveis tais como a estrutura psíquica e o contexto social ou familiar do indivíduo.

A não consideração das causas dos desajustes tem dirigido o interesse dos Psicólogos Clínicos tão somente para o estudo da psicopatologia do organismo e a possibilidade de detectar uma sintomatologia, sem contudo terem condições de delatar suas causas.

Isto ocorre porque, ao que tudo indica, não lhes é dado o embasamento necessário para a compreensão dos fenômenos psicológicos e psicopatológicos, por não estar bem definido o objeto de estudo e de trabalho da Psicologia Clínica.

A propósito, assim se expressa MELLO (1984, p. 11)

Os psicólogos... sabem identificar "um problema psicológico" (no sentido de

distúrbio) e uma técnica psicológica, mas não identificam muito claramente o que é um "fenômeno psicológico", por isso sua identidade profissional se dilui em situações diferentes das definidas pelo modelo de atuação clínica tradicional.

Outra consequência da não definição clara do objeto de estudo e de trabalho é a confusão, em vários cursos de graduação em Psicologia ministrados no Brasil, entre Psicologia Clínica e Psicanálise, onde são tomadas como se fossem sinônimos.

As dificuldades verificadas com respeito à definição do objeto de estudo da Psicologia Clínica estão relacionados, sem dúvida, à ausência de integração do conhecimento gerado sobre o objeto de estudo em várias áreas, como a Psiquiatria, a Epidemiologia, a Psicanálise, entre outras.

Por exemplo, com respeito a não integração dos resultados obtidos pela Psicanálise, assim se expressa AGUIAR NETTO (1988, p. 132-33):

Um dos pontos interessantes para discussão (...) a questão da preponderância dos escritos psicanalíticos na produção extra-acadêmica da psicologia brasileira... Curiosamente, entretanto, não é exatamente na Universidade que a psicanálise tem seu "locus" de desenvolvimento e de divulgação.

Ou ainda, conforme LANGENBACH e NEGREIROS (1988, p. 93),

Por sua vez, a formação psicanalítica é o modelo hegemônico no Estado .. Uma reflexão que nos parece crucial a propósito da formação psicoterápica - especialmente a psicanalítica - relaciona-se ao não-reconhecimento, em âmbito universitário, desta mesma formação, tanto que, dentro do quadro acadêmico, os títulos obtidos nesta trajetória paralela não são validados para a ascensão na carreira docente.

Ora, se a Universidade ignora este tipo de aprendizado paralelo e se existe uma demanda que justifica um número crescente de escolas formadoras, é de se deduzir que este desdobramento será incorporado brevemente como um patamar natural da profissionalização.

Em geral, isso acontece porque é muito frequente um campo profissional - incluindo os cursos que formam pessoas para atuarem neles - ignorar ou menosprezar o conhecimento produzido em áreas que não são próximas ou afins à profissão; mas não se consegue entender quando esta mesma postura é utilizada naquelas áreas que poderiam até ser consideradas bastante próximas bem como, afins. O que se nota, na verdade, ainda é mais grave: ignoram-se as áreas de conhecimento que não se denominam da mesma forma que a profissão, até porque se constituem departamentos com o nome do campo de atuação profissional, negando o critério básico para a constituição de um departamento: *uma área de conhecimento a ser desenvolvida e não um curso de formação profissional a ser administrado.*

Mas isto ocorre, pressupõe-se, porque as próprias definições sobre Universidade (por exemplo, quando é considerada como instituição de ensino superior) denunciam uma instituição voltada para o consumo de conhecimento produzido alhures e não para o exame e conhecimento da realidade onde se insere.

4.3.4.3 O Currículo do Curso de Psicologia e os Objetivos das Disciplinas

Conceito de Currículo

Um currículo, quando é estabelecido para a formação de um profissional só comporá o repertório de aprendizagem deste

profissional na medida em que ofereça parâmetros de destrezas que o influenciarão, tanto na definição do profissional como na caracterização do seu "estilo" de atuação e que será utilizado na vida prática.

O termo "Currículo": é relativamente novo na literatura pedagógica e na prática escolar, especialmente em nosso país. Isso faz com que muitas vezes ele seja *confundido* com outros termos usuais, dos quais não é sinônimo. Sem dúvida, o conceito de currículo implica uma forma distinta de conceber a educação, e tem consequências muito claras sobre os juízos de valor, inclusive, que se podem produzir sobre o tipo de profissional que será inserido no Mercado de Trabalho.

Portanto, a primeira atitude a ser tomada é distinguir o conceito de "currículo" de termos com os quais costuma ser confundido, que são: "planos de estudo" e "programas de ensino".

. Plano de Estudo

Plano de Estudo, é a relação detalhada de matérias que compreende um tipo de estudos quaisquer, ou ainda, é o conjunto de matérias que se incluem em um nível de aprendizagem. No Plano de Estudos se especificam as matérias que compreendem uma carreira ou nível de aprendizagem, curso por curso, com relações ordenadas entre as mesmas.

Em síntese, o Plano de Estudos compreende:

- o conjunto de matérias que são ensinadas num nível ou ciclo;
- a ordenação que existe entre as matérias, e
- o tempo designado para cada uma.

. Programa de Ensino (também chamado programa de estudo)

Programa de Estudo é a dosificação da matéria didática, organizada em conteúdos, atividades e experiências para a aquisição de conhecimentos e formação de hábitos, habilidades, atitudes, valorização e ideais que de forma gradual e progressiva, conduzam o aluno à realização e maturidade de sua pessoa. Também é definido como: Relação dos conteúdos correspondentes a cada matéria do Plano de Estudos, em geral e em cada ano ou grau, com indicação:

- a) dos objetivos de cada matéria em geral e para o ano e grau;
- b) dos rendimentos que se deve esperar dos alunos em cada matéria em cada ano e grau;
- c) das atividades sugeridas ao professor para melhor desenvolvimento do programa e outros procedimentos metodológicos.

Para o conceito de currículo WEBER (1985, p. 13) propõe a seguinte definição:

. um currículo constitui um conjunto estruturado de saberes que se requerem mutuamente a partir de um ponto de vista determinado e este ponto de vista, nas ciências não paradigmáticas, como é o caso da Psicologia, é suscetível de redefinição em função simultaneamente do avanço do conhecimento e das respostas que procura dar a uma realidade determinada, não cabendo ser delimitado por instâncias específicas que o implantam efetivamente.

O currículo em síntese, decide e define o que o aluno aprende, isto é, ele (o aluno) é o resultado do processo educativo. O currículo é a totalidade das experiências de aprendizagem planejadas e patrocinadas pela escola. Nesse sentido, é

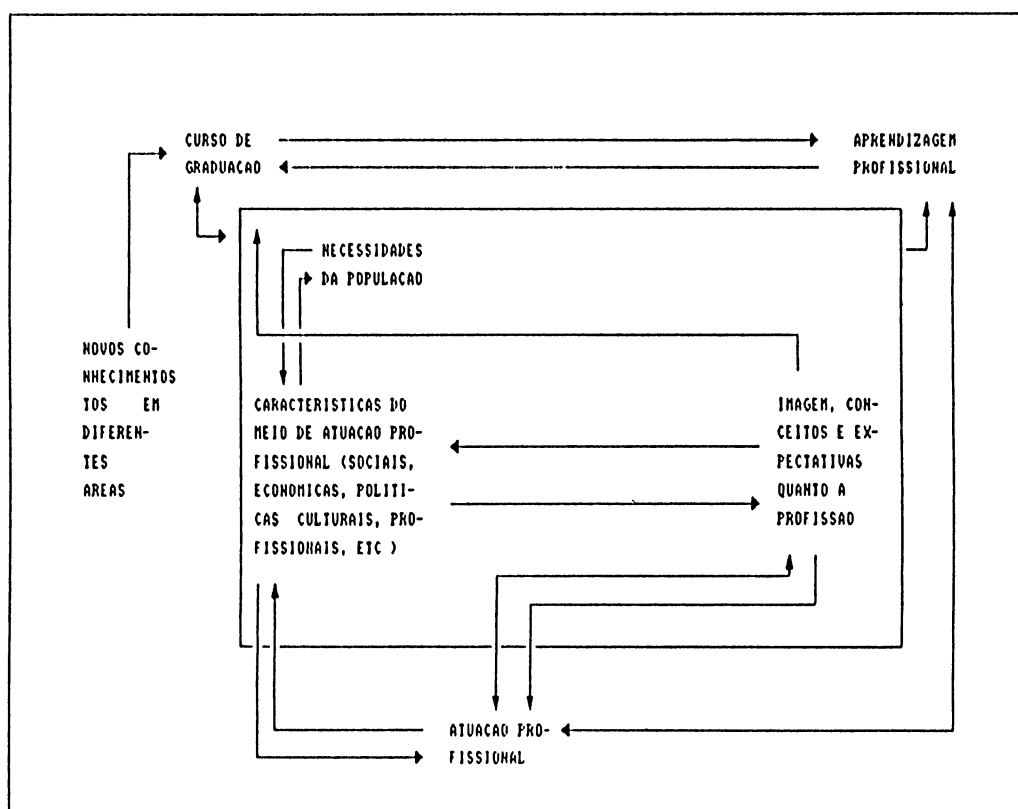
lícito afirmar que um currículo pode possuir várias concepções e, de acordo com estas concepções, terá maior ou menor influência nas características que o profissional apresentará quando de sua atuação no campo prático.

CARVALHO (1982, p. 10) apresenta um esquema que representa como ocorrem algumas influências sobre as características da atuação profissional em Psicologia. Na Figura 1 (p. 63), está uma adaptação do esquema feito por esse autor, e que ilustra como o Curso de graduação gera a atuação futura. É nesse sentido que o ensino define (ou projeta) o profissional do futuro. A formação que cria o profissional pode ser feita apenas como manutenção das concepções, imagens e hábitos já existentes, ou pode ser desenvolvida de forma a re-definir e re-orientar a atuação profissional.

Ainda, em relação ao que está nessa figura, as relações naturalmente ocorrem em diversos sentidos. No caso das relações entre o curso profissionalizante e o profissional, no dizer de CARVALHO (1982, p. 11), tanto

o curso determina o tipo de profissional que sairá formado, mas também sofre as influências deste, pelo menos de duas maneiras o aluno, que já traz uma imagem da profissão, se orienta dentro dos cursos de certas maneiras, através de suas opções por especialidades, formas de trabalho, estágios, etc..., além disso, os próprios professores, que frequentemente são também profissionais, levam para os cursos basicamente a sua imagem e a sua prática da profissão, que nem sempre estão atualizadas com as transformações que vêm ocorrendo no mercado e nas necessidades sociais. O curso sofre também uma influência genérica da sociedade, mas essa influência é quase sempre remota e lenta ela se dá mediada por leis, reformas curriculares, etc.

FIGURA 1. ALGUMAS INFLUÊNCIAS QUE INTERFEREM COM A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E COM A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DESSE CAMPO (adaptado de CARVALHO, 1982)



Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Psicologia

Visto que neste trabalho não se tem intenção de proceder a uma avaliação aprofundada do currículo do curso de Psicologia - providência, aliás, já tomada em parte por VERSALLI (1989) - a discussão se restringirá apenas a alguns pontos principais.

Quando a profissão foi regulamentada, o Conselho Federal de Educação criou o Currículo Mínimo da Psicologia, que foi concebido para "proporcionar a possibilidade de uma unidade de transmissão do conhecimento a nível nacional, e com fins de configurar uma profissão que pode ser reconhecida de norte a sul do Brasil" (Fernando Fay da FONSECA, na época, Presidente do C.F.E.).

É o seguinte o elenco de matérias do Currículo Mínimo (vide Anexos, p. 90-96; Parecer nº 403/62 e Resolução do Conselho Federal de Psicologia): Fisiologia; Estatística; Psicologia Geral e Experimental, Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia da Personalidade; Psicologia Social e Psicologia Geral.

Para a obtenção do diploma de Psicólogo, de acordo com o supracitado Parecer, exige-se, além das matérias acima descritas, as constantes nos itens indicados pelas letras a a g do artigo 01 da Resolução (vide Anexos). Além disso, o Parecer fixa o treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado, ao longo de pelo menos 500 (quinhentas) horas. A duração prevista do curso de 04 (quatro) anos para a Licenciatura e de 05 (cinco) para a Formação de Psicólogo, incluindo os estágios.

Então, ao aluno que preencher todos os requisitos exigidos pelo curso de graduação em Psicologia, isto é, que concluir os estágios supervisionados de 5º ano nas áreas de Psicologia Escolar; Psicologia Industrial e Psicologia Clínica, será outorgado o diploma de Psicólogo. Com este título poderá atuar tanto numa quanto noutra área, conforme melhor lhe aprouver e/ou

ofertas de emprego surgirem. Isto evidencia que sob o pretexto de "configurar uma profissão que pode ser reconhecida de norte a sul do Brasil", de uma "formação ampla" ou "facilitadora da inserção no Mercado de Trabalho", é uma *formação polivalente* que se realiza. Assim sendo, diante de qualquer problema que a realidade exija entendimento e solução, o Psicólogo, supostamente, estará apto a fazer-lhe face, assim como, resolvê-lo.

Como se observa, a elaboração dos Currículos dos Cursos de Psicologia visou satisfazer, em grande parte, a uma necessidade de atender as áreas que já estavam, cada uma, com seu "território" assegurado e com suas equipes de trabalho. Se considerarmos os estágios supervisionados de 5º ano como uma exceção, a implantação do currículo, que significou o atendimento dos interesses daqueles que detinham o poder, pouco significou em termos de prestação de serviços à comunidade, que deve ser o alvo a se ter em vista na formação do Psicólogo Clínico.

Outros problemas constatados, com relação aos currículos dos cursos de Pedagogia, foram os seguintes:

- Dados sobre o ensino da Psicologia no país, levantados por GOMIDE (1988, p. 73), apontam para uma verdadeira estagnação, que não é compatível com o conhecimento disponível em outras áreas do conhecimento.

Assim, nos Cursos, bem ao menos parece haver algum esboço para o desenvolvimento de conhecimento sobre outras possibilidades de realização do exercício da psicologia, clínica ou não, e, no dizer de BOTOMÉ e SOSENBURG (1981) e BOTOMÉ e SANTOS (1984, p. 915-919):

Os cursos - pelo menos no que aparece nos planos e programas de ensino e ementas - parecem sequer levar em conta uma bibliografia mais atualizada a respeito do trabalho em saúde mental (por exemplo, a literatura sobre Epidemiologia Social, ou a literatura sobre o ensino de graduação na área de saúde).

Nos *currículos* não existem nem disciplinas que possibilitem ver o homem dentro de um contexto social mais amplo, nem disciplinas que levem a pensar a Psicologia Clínica dentro de um quadro mais geral de serviços de saúde a serem prestados à população, o que corrobora a atual postura profissional que se encontra impregnada, em grande parte, pelo enfoque médico-psiquiátrico.

A formação dada aos profissionais parece basear-se em um "modelo pronto", não havendo habilitações para estudar, analisar, elaborar, tratar e desenvolver projetos de trabalho profissional a partir dos problemas da população ou da instituição onde se insere o psicólogo (BOTOME, 1988; p. 277).

As inadequações nas formas pelas quais são propostos os objetivos de ensino nas disciplinas relativas ao objeto de trabalho são de tal vulto que conduzem à afirmação de que existe mais uma ausência de objetivos de ensino do que uma explicitação clara daquilo que se quer que o futuro profissional realize em relação a aspectos da realidade em que vai atuar.

MATTOS (1988, p. 69), lamenta que as disciplinas dos cursos de Psicologia sejam meramente discursivas "teóricas", onde nem sequer se exigem atividades de leitura de relatórios originais de pesquisa. As únicas atividades práticas previstas são as dos estágios, que se concentram na transmissão de técnicas de aplicação do conhecimento.

As causas dessa estagnação são várias. No entender do então reitor da USP, José Goldemberg, em entrevista a TV Manchete, "o ensino de 3º grau sofre os efeitos do centralismo do Conselho Federal de Educação, que lhe impõe uma camisa de força".

Uma outra causa parece ser a tradição educacional da Psicologia Clínica brasileira que ainda está voltada para atender à pequena clientela de forma quase que exclusivamente individual e curativa, levando

tão somente em consideração o aspecto patológico do quadro.

Além disto, não são sugeridos, nas instituições de ensino superior, outros modelos alternativos que abordem a questão da saúde mental de forma mais democrática, adequada, acessível e útil à população.

Finalmente há ainda as resistências, por parte de alguns setores, às mudanças, uma vez que a manutenção do *status-quo* tende a beneficiar os setores já favorecidos e instalados na e pela estrutura vigente, ao passo que sua alteração, naturalmente, coloca em risco alguns de seus privilégios.

Assim sendo, e no que concerne ao exercício da Psicologia Clínica, a experiência tem demonstrado que em termos de mudanças, dificilmente se encontra ressonância naquilo que se está propondo mudar. E isto não se dá apenas a nível das instituições de ensino, mas principalmente em relação à própria população com a qual se trabalha. Assim, percebe-se que existe todo um esquema estruturado onde, de um lado, estão aqueles que detêm um suposto saber, e, de outro, aqueles que nada sabem, ou seja, que possuem um saber ingênuo. Com isso parece haver uma acomodação de ambas as partes e uma ausência de necessidades de mudanças, uma vez que estas, de certa forma, seriam bastante ameaçadoras para ambos, pois implicariam na mobilização de novos mecanismos internos de adaptação e, conseqüentemente, em uma desestruturação individual e social.

Este quadro leva à dúvida de que haja uma preocupação, a nível institucional de ensino, para a proposição e desenvolvimento de opções de atuação profissional e de melhoria em termos de padrão de qualidade e consistência teórica que venham a suprir as necessidades sociais, ou mesmo a necessidade de uma melhor formação profissional. O que se tem constatado, ainda

hoje, é a conservação de um currículo, cujo enfoque está direcionado para o ensino de técnicas e modelos de atuação já existentes e com alta tendência ao atendimento clínico nos moldes médico-psiquiátrico.

Na medida em que a legislação, o currículo oficial, as disciplinas, os objetivos e planos de ensino assim como a própria bibliografia enfatizam uma concepção curativa e corretora, através da aplicação de técnicas conhecidas e/ou importadas, é de se esperar que a atuação de profissionais, formados nesse sistema, possua poucas ou nenhuma das características da formação desejada, necessária e útil à sociedade. Ou ainda, que vá além dela própria, e que haja uma maciça tendência a justificar a sua forma tradicional de atuar.

Entende-se que uma condição básica para que se possa romper a inércia existente é a atualização dos conceitos e conteúdos programáticos que devem compor o repertório dos futuros profissionais, de maneira a fazer as alterações necessárias para que a atuação desses novos profissionais possa caracterizar um avanço em relação ao que se faz atualmente.

Com as alterações necessárias, esses mesmos tipos de procedimentos poderiam também servir para realizar um levantamento das necessidades da população relacionados com um determinado tipo de atuação profissional. A partir desses dados, a formulação de procedimentos que deverão fazer parte do repertório dos novos campos profissionais e a sua inclusão no currículo de formação profissional, poderá ser efetivada.

4.3.5 O Exercício da Atividade Profissional e os Problemas Constatados

4.3.5.1 Objeto do Trabalho

Como exposto acima, o objeto de estudo da Psicologia Clínica não está bem definido e caracterizado. Consequentemente também não o estão, o objeto de trabalho e o campo de atuação profissional.

Esclarecer a noção de campo de atuação profissional exige, porém, uma maior clareza sobre o quer dizer *possibilidades de atuação profissional*, pelo menos como inversa à noção de *mercado* para a atividade. Os que atuam em um campo de atuação profissional possuem como responsabilidade a intervenção direta na sociedade no sentido de lidar com certas categorias de problemas (vide BOTOMÉ, 1986).

É importante esclarecer também, que há algumas dificuldades para se lidar com a noção de *campo profissional* no sentido de *possibilidades de atuação*. Em primeiro lugar, é preciso considerar os problemas de remuneração do trabalho profissional: para várias das *possibilidades de atuação* não há ofertas de salário a quem se dispuser desenvolvê-las. Em segundo lugar é preciso lembrar que as profissões são definidas e limitadas por leis: em geral, há legislação específica (desde decretos até códigos de ética profissional) regulamentando o exercício profissional.

Este fato repercute na prática profissional dos Psicólogos Clínicos em particular. MELLO (1984, p. 10) assim se

expressa a esse respeito:

Um dos aspectos que se salientam na análise de nossas entrevistas é a falta de clareza dos psicólogos quanto ao que é atuação em Psicologia. A atuação é percebida como inequivocamente psicológica quando envolve um dos modelos tradicionais aprendidos nos cursos: diagnóstico, terapia, seleção, etc. O afastamento desses modelos gera uma certa dúvida e insegurança não só quanto ao 'como atuar', mas também quanto à especificidade da atuação profissional. .

Parafraseando MELLO (1984, p. 11), sabe-se que há, nos profissionais dispostos a atuarem na área clínica da psicologia, uma bem desenvolvida capacidade para a percepção de técnicas de tratamento e para a identificação de problemas, inerentes à sua área. O mesmo porém, não acontece em relação ao *fenômeno problema ou sintoma psicológico*. No caso específico da Psicologia Clínica há uma clara capacidade para identificar e lidar com técnicas de tratamento dos "desvios de procedimento" e/ou "atitudes inadequadas", ou de diferentes psicopatologias através do indivíduo ou, ainda, dos problemas com o indivíduo. No entanto, não parece haver visibilidade equivalente em relação ao *processo denominado psicopatológico do organismo* que envolve, como um fenômeno complexo, vários tipos de determinantes em múltiplos níveis de determinação característicos dessa estrutura, desse organismo, desse indivíduo, mesmo as não psicopatológicas.

Outra constatação, por parte dos recém-formados, é a preocupação de *onde usar* o que se aprendeu, ao invés da preocupação de *onde pode ser necessário* o trabalho de um psicólogo. Em outras palavras, os formados não têm consciência das possibilidades de atuação profissional pelo fato de que as necessi-

dades sociais, às quais o Psicólogo Clínico deve atender, não terem sido bem definidas.

5.5.2 Distribuição dos Profissionais no Mercado de Trabalho

Até a regulamentação da profissão, a oferta de cursos e de profissionais cresceu intensamente e em desproporção com o crescimento da população em geral e ao aumento espontâneo dos espaços de atuação para os profissionais formados. No entanto, a distribuição dos recém-formados em termos de áreas e modalidades de atuação, permaneceu estável. Verifica-se também uma procura bastante acentuada para a atuação na área clínica, apesar da saturação que já é sensível, por exemplo, pela baixa remuneração (vide artigo de PASQUALINI, 1988, p. 149-162) e das limitações que este tipo de atuação implica para o alcance social da profissão. Em termos de instituições, constata-se verdadeira aglomeração de psicólogos em clínicas, institutos, asilos e manicômios, em detrimento dos orfanatos e creches onde estes profissionais seriam de extrema necessidade, mas dos quais querem distância.

A preferência pela atuação na área clínica tem sido responsável por algumas distorções: embora sendo a área que por natureza deveria exigir maior responsabilidade, treinamento e amadurecimento profissional, representa, para boa parte dos psicólogos recém-formados, a área de ingresso na profissão.

Há também o problema do elitismo da profissão, porque, sendo a aspiração da maioria dos psicólogos a prática da psicoterapia em consultórios particulares, sua atuação tende a restringir-se às camadas economicamente favorecidas.

4.3.5.3 Alguns Problemas Verificados com a Prática da Profissão

Em decorrência das deficiências curriculares dos cursos de graduação em Psicologia, a que acima se fez referência, a prática profissional é dificultada ou até tornada impossível, em virtude de uma série de problemas, entre os quais se destacam os seguintes:

- os alunos se sentem desamparados/angustiados. O que se evidencia de uma ou de outra forma, e se exhibe constantemente, é o fato de que não são poucos os alunos que, após concluírem seus respectivos cursos de graduação em Psicologia, chegam à dolorosa conclusão de que o curso por eles realizado, em termos práticos, deixou-os em estado de desamparo. A partir desta constatação, passa a ocorrer um movimento na direção dos cursos de especialização, extensão e aperfeiçoamento que, por serem ministrados, em alguns casos, por pessoas que, elas sim é que necessitariam especializar-se, revigoram a frustração anterior.

Além disso, passa a ocorrer inclusive, a procura por cursos de outras instituições não formais de ensino. Os cursos de formação psicodramática e de formação psicanalítica, por exemplo.

Esta procura por cursos nas instituições não formais de ensino não agrada a muitos porque, na ocorrência destes fatos, o que se denuncia são os próprios cursos de graduação em Psicologia, enquanto cursos formadores de profissionais polivalentes.

O aluno oferecido como produto dos seus cursos de graduação é um profissional polivalente que, por sua pluralidade de atuação, torna-se presa fácil de um ecletismo acrítico, e por conseguinte, ele próprio, alvo privilegiado de críticas,

constituindo-se na evidência mais fidedigna de que a Psicologia, enquanto curso de graduação, necessita ser repensada, reconstruída.

- Os alunos que saem dos cursos superiores sentem que não têm uma identidade profissional, uma postura e/ou um padrão de procedimentos.

Neste contexto, MELLO (1984, p. 10) afirma que:

Essa confusão não nos parece nem gratuita nem inconsequente, por um lado ela sinaliza alguma coisa sobre a percepção que os profissionais têm da profissão, e por outro tem implicações para a consolidação de uma atuação psicológica mais diversificada.

Assim, com a passagem de alguns anos (dois ou três, num pensamento bastante otimista) pode-se notar algum esboço de acomodação do recém-formado numa determinada teoria, área ou linha, ou de abandono da profissão, conforme relata o artigo de D'AMORIM (1988, p. 143-145).

- Um grande número de psicólogos desistem de trabalhar na área da Psicologia Clínica, depois de formados, diante da falta de perspectivas.

Embora possa trazer maior satisfação que outras áreas da Psicologia, a "clínica" não vem possibilitando nem os rendimentos, nem a estabilidade desejada pelos psicólogos que nela atuam. Além do mais, o trabalho clínico do psicólogo é visto - conforme respostas colhidas pela pesquisa de LEME et al. (1989, p. 33) - como

Um profissional do blá, blá, blá e, ainda por cima atuando apenas com a elite, 'Alguém não tão necessário à sociedade, um capricho e privilégio de umas poucas pessoas'. 'Uma frescura usada só por gente rica'.

Assim, a eleição do psicólogo pela área clínica, tornada a mais nobre opção para a categoria, deixa de representar uma opção satisfatória. Concorrendo com a Psiquiatria e com os Psicanalistas - categorias que já obtiveram significativa aceitação social - o psicólogo tem encontrado dificuldades para se firmar profissionalmente.

Pelo seu lado, a Psicologia Clínica, desde os primórdios da Psicologia quando da fundação do Laboratório em Leipzig no ano de 1879, vem se esforçando no sentido de se tornar e ser reconhecida de maneira irrefutável, como ciência e como profissão. Haja visto que na atualidade é notório o quanto a corrente positivista, na forma das análises experimentais do comportamento, marca e delimita seu espaço, a ponto de se confundir com a própria Psicologia.

Contudo, de uma ciência da alma, agora se está às voltas com uma aproximação que evoca a mensuração, a medicina, a medicalização, a postura do *curador*, *terapeuta*, daquele que faz e propicia *terapias*.

Para empreender mudanças não só nos planos social, econômico e técnico, mas também, nos planos científico e tecnológico, há muito por ser feito. Existe, inclusive, a necessidade de alteração de muitos dos conceitos (preconceitos?), que parecem dirigir a atuação na área em exame.

Torna-se compreensível então, que depois de tão árida e solitária travessia, o ex-aluno, agora profissional ou professor consciente, seja, no seu mais íntimo reduto, um angustiado, que, tendo dificuldades em vislumbrar um horizonte menos ameaçador, ou com alguma possibilidade de gratificação, se

negue (apesar de seu alto sentimento de repartição, de "partilha") em "passar" algum conteúdo que possa vir a nortear, desde o início, a futura vida profissional do aluno nos cursos superiores de psicologia.

5 CONCLUSÃO

Os objetivos propostos por este trabalho foram o de averiguar as origens da Psicologia e da Psicologia Clínica, assim como, a descrição do processo de formação e profissionalização do Psicólogo Clínico no Brasil.

Verificou-se que a Psicologia se originou da Filosofia enquanto que a Psicologia Clínica se originou, em parte, da Clínica Médica, que ficou conhecida como "Medicina dos Ricos". Além disso, também sofreu profundas influências de várias escolas filosóficas, dentre as quais se destacam: o Positivismo; o Estruturalismo; o Epifenomenalismo, entre outras.

A Psicologia, e por conseguinte, a Psicologia Clínica, foram introduzidas artificialmente no Brasil através de instrumentos legais.

Este fato constitui uma das causas para o surgimento de vários problemas relativos à formação e à profissionalização do Psicólogo Clínico. Entre estes, destacam-se os seguintes:

- até hoje, o objeto de estudo e o objeto de trabalho da Psicologia Clínica não estão claramente definidos e caracterizados;
- os cursos de graduação em Psicologia ofertados pelas instituições de ensino superior se caracterizam por *currículos* inadequados, estáticos e que não preparam devidamente os alunos (futuros profissionais) para o

exercício adequado de suas atribuições profissionais;

- o aluno recém-formado é levado a sentir-se desamparado e frustrado por não ter recebido qualificação necessária para dar uma contribuição mais efetiva para a solução de problemas psíquicos, individuais e grupais.

Em decorrência do exposto acima, impõe-se que: a Psicologia e em especial a Psicologia Clínica no Brasil, devem fazer um auto-exame, indagando-se sobre seus pressupostos; as distorções curriculares; sobre a sua área de conhecimento; sobre a delimitação do seu campo de atuação profissional; sobre os critérios para a definição das atribuições do Psicólogo e do Psicólogo Clínico, assim como, sobre os problemas e locais em que a Psicologia Clínica não tem atuado ou tem atuado muito pouco.

A N E X O S

ANEXO 1

LEI Nº 4.119 - 27/8/1962

LEI nº 4.119 - 27/8/1962

Dispõe sobre a formação em Psicologia e regulamenta a
profissão de Psicólogo

O Presidente da República:

Faço saber que o Conselho Nacional decreta e eu sanciono a se-
guinte Lei:

CAPÍTULO I

Dos Cursos

Art. 1º - A formação em Psicologia far-se-á nas Faculda-
des de Filosofia em Cursos de Bacharelado, Licenciado e Psicólo-
go.

Art. 2º - (VETADO)

Art. 3º - (VETADO)

§ Único - (VETADO)

Art. 4º - (VETADO)

§ 1º - (VETADO)

§ 2º - (VETADO)

§ 3º - (VETADO)

§ 4º - (VETADO)

& 5º - (VETADO)

& 6º - (VETADO)

§ 7º - (VETADO)

CAPÍTULO II

Da Vida Escolar

Art. 5º - Do candidato à matrícula, no Curso de Bacharelado, exigir-se-á idade mínima de 18 anos, apresentação e certificado de conclusão do 2º ciclo secundário, ou curso correspondente na forma da lei^{de} exames vestibulares.

§ Único - Ao aluno que concluir o Curso de Bacharelado será conferido o diploma de bacharel em Psicologia.

Art. 6º - Do candidato à matrícula nos Cursos de Licenciado e Psicólogo se exigirá a apresentação do diploma de bacharel em Psicologia.

§ 1º - Ao aluno que concluir o Curso de Licenciado se conferirá o diploma de licenciado em Psicologia.

§ 2º - Ao aluno que concluir o Curso de Psicólogo será conferido o diploma de Psicólogo.

Art. 7º - Do regimento de cada escola poderão constar outras condições para matrícula nos diversos cursos de que trata esta lei.

Art. 8º - Por proposta e a critério do conselho Técnico-Administrativo (CTA) e com aprovação do Conselho Universitário da Universidade, poderão os alunos, nos vários cursos de que trata esta lei, ser dispensados das disciplinas em que tiverem sido aprovados em cursos superiores anteriormente realizados, cursos esses oficiais ou devidamente reconhecidos.

§ 1º - No caso de faculdades isoladas, a dispensa referida neste artigo depende de aprovação do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

§ 2º - A dispensa poderá ser de, no máximo, seis disciplinas do Curso de Bacharelado, duas do Curso de Licenciado e cinco do Curso de Psicólogo.

§ 3º - Concedida a dispensa do número máximo de disciplinas previstas no parágrafo anterior, o aluno poderá realizar o Curso de bacharelado em dois anos e, em igual tempo, o Curso de Psicólogo.

Art. 9º - Reger-se-ão os demais casos da vida escolar pelos preceitos da legislação do ensino superior.

CAPÍTULO III

Dos Direitos Conferidos aos Diplomados

Art. 10 - Para o exercício profissional é obrigatório o registro dos diplomas no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 11 - Ao portador do diploma de bacharel em Psicologia é conferido o direito de ensinar Psicologia em cursos de grau médio, nos termos da legislação em vigor.

Art. 12 - Ao portador do diploma de licenciado em Psicologia é conferido o direito de lecionar Psicologia, atendidas as exigências legais devidas.

Art. 13 - Ao portador do diploma de Psicólogo é conferido direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de Psicólogo.

§ 1º - Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

§ 2º - É da competência do Psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

Art. 14 - (VETADO) .

CAPÍTULO VI

Das Condições para Funcionamento dos Cursos

Art. 15 - Os cursos, de que trata a presente lei, serão autorizados a funcionar em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, mediante decreto do Governo Federal, atendidas as exigências legais do Ensino Superior.

§ Único - As escolas provarão a possibilidade de manter corpo docente habilitado nas disciplinas dos vários cursos.

Art. 16 - As faculdades que mantiverem Curso de Psicólogo deverão organizar Serviços Clínicos e de aplicação à educação e ao trabalho orientados e dirigidos pelo Conselho de professores do curso, abertos ao público, gratuitos ou remunerados.

§ Único - Os estágios e observações práticas dos alunos poderão ser realizados em outras instituições da localidade, a critério dos professores do curso.

CAPÍTULO V

Da Revalidação de Diplomas

Art. 17 - É assegurado, nos termos da legislação em vigor, a revalidação de diplomas expedidos por faculdades estrangeiras que mantenham cursos equivalentes aos previstos na presente lei.

§ Único - Poderão ser complementados cursos não equivalentes, atendendo-se aos termos do Art. 8º e de acordo com instruções baixadas pelo Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 18 - Os atuais Cursos de Psicologia, legalmente autorizados, deverão adaptar-se às exigências estabelecidas nesta lei, dentro de um ano após a sua publicação.

Art. 19 - Os atuais portadores de diploma ou certificado de especialistas em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Clínica ou Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos em cursos regulares de formação de Psicólogos, com duração mínima de quatro anos ou estudos regulares em Cursos de Pós-graduação com duração mínima de dois anos, terão direito ao registro daqueles títulos, como Psicólogos, e ao exercício profissional.

§ 1º - O registro deverá ser requerido dentro de 180 dias, a contar da publicação desta lei.

§ 2º - Aos alunos matriculados em cursos de especialização a que se refere este Art., anteriormente à publicação desta lei, serão conferidos após a conclusão dos cursos, idênticos direitos, desde que requeiram o registro profissional no prazo de 180 dias.

Art. 20 - Fica assegurado, aos funcionários públicos efetivos, o exercício dos cargos e funções, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotênico, em que já tenham sido providos na data de entrada em vigor desta lei.

Art. 21 - As pessoas que, na data da publicação desta lei, já venham exercendo ou tenham exercido, por mais de cinco anos, atividades profissionais da Psicologia Aplicada, deverão requerer, no prazo de 180 dias após a publicação desta lei, registro profissional de Psicólogo.

Art. 22 - Para os efeitos do Art. anterior, ao requerimento em que solicita registro, na repartição competente do Ministério da Educação e Cultura, deverá o interessado juntar seus títulos de formação, comprovantes do exercício profissional e trabalhos publicados.

Art. 23 - A fim de opinar sobre os pedidos de registro, o Ministério de Educação e Cultura designará uma comissão de cinco membros, constituída de dois professores universitários de Psicologia ou Psicologia Educacional e três especialistas em Psicologia Aplicada. (VETADO).

§ Único - Em cada caso, à vista dos títulos de formação, obtidos no país ou no estrangeiro, comprovação do exercício pro-

fissional e mais documentos, emitirá a comissão parecer justificado, o qual poderá concluir pela concessão pura e simples do registro, pela sua denegação, ou pelo registro condicionado à aprovação do interessado em provas teórico-práticas.

Art. 24 - O Ministério da Educação e Cultura expedirá, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, as instruções para a sua execução.

Art. 25 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 27 de agosto de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART

F. Brochado da Rocha

Roberto Lyra

Diário Oficial, 5 de setembro de 1962.

ANEXO 2

PARECER Nº 403/62

PSICOLOGIA

Parecer nº 403/62

Esta é a primeira vez que, no Brasil, se fixa oficialmente um currículo de Psicologia visando a direitos de exercício profissional. Tais direitos decorrem da Lei nº 4.119, de 27 de agosto último, que veio inegavelmente, ao regulamentar a profissão de Psicólogo, preencher uma lacuna de que já se ressentia o quadro dos nossos trabalhadores de grau universitário. Dadas, porém, as características muito especiais da nova profissão, é preciso que desde logo se procure elevar esse curso a um nível de qualificação intelectual e de prestígio social que permita aos seus diplomados exercer os misteres do trabalho psicológico de modo eficaz e com plena responsabilidade. Para isto é imperativo que se acentue o caráter científico dos estudos a serem realizados, que *sō assim hã de ser possível assegurar à Psicologia a posição de relevo que lhe cabe no concerto das chamadas profissões liberais* e, pari passu, evitar as improvisações que, do charlatanismo, a levariam fatalmente ao descrédito.

Estas considerações dão a medida dos cuidados que devem presidir à elaboração do respectivo currículo mínimo. Como ainda não dispomos de uma experiência nacional a ser levada em conta, valemo-nos dos subsídios que podem oferecer os centros do País onde algo já se faz no campo do ensino psicológico. Assim, o que a seguir propomos traduz, queremos crer, a média do pensamento dominante nesses centros, captada através de sucessivas reuniões em que tivemos a valiosa colaboração dos professores M.B. Lourenlo Filho e Nilton Campos, da Universidade do Brasil; Carolina

Martuscelli Bor1, da Universidade de São Paulo, Padre Antonius Benko, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e Pedro Parafita Bessa, da Universidade de Minas Gerais. De qualquer forma, o currículo que se veio elaborar tem o sentido de uma primeira aproximação a ser progressivamente enriquecida com os dados que a sua própria execução decerto oferecerá.

Esse currículo, refletindo o espírito da Lei nº 4.119 (Art. 6º), abrange um conjunto de matérias comuns - que é ao mesmo tempo o mínimo exigido para o Bacharelado e a Licenciatura - e matérias específicas para a preparação do Psicólogo. A parte comum envolve conhecimentos instrumentais (Fisiologia, Estatística) e os conhecimentos de Psicologia sem os quais, a nosso ver, "ficaria comprometida uma adequada formação profissional" (parecer nº 26/62). Constam eles de Psicologia Geral e Experimental, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Psicopatologia Geral.

A Fisiologia explica-se como estudo básico para compreensão do comportamento humano e animal que, além disto, proporciona um treinamento metodológico válido em si mesmo. A Estatística encontra a sua justificação seja na pesquisa, seja no setor de aplicação. Por isto, repelindo a mera dedução de fórmulas de remota utilidade, deve consistir na apresentação de técnicas diretamente vinculadas ao objetivo dos estudos psicológicos.

A Psicologia Geral e Experimental, como análise dos processos fundamentais do comportamento (cognição, motivação e aprendizagem), servirá de apoio para o treinamento do estudante no campo da experimentação. O mesmo, em outro plano, é possível dizer da psicologia do Desenvolvimento. Entendendo com as modificações por que passa o ser humano, ao longo do seu processo evo-

lutivo, dará uma visão teórico-experimental desse processo e suscitará, destarte, investigações originais que levarão a novas descobertas. A Psicologia da Personalidade justifica-se como ponto natural de convergência desses estudos, acrescentando à noção de uma personalidade in fieri a idéia da personalidade como resultante. Visto, entretanto, que o próprio ajustamento é função do contexto em que se opera, torna-se imprescindível completar a configuração do esquema indivíduo-meio, ou comportamento-situação, através da Psicologia Social. Finalmente, a Psicopatologia Geral virá trazer para esses estudos uma nova dimensão, representada pelos distúrbios dos processos psicológicos e pelas dificuldades que se verificam no ajustamento.

A parte destinada à formação do psicólogo, que se assenta sobre aquele núcleo comum, compreende duas matérias fixas e uma variável, além do estágio supervisionado. São fixas as Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico e a Ética Profissional. A primeira identifica-se com o trabalho mesmo do psicólogo, expresso na análise e solução dos problemas individuais e sociais, enquanto a segunda flui da natureza desse trabalho, que tem profundas implicações éticas, por desenvolver-se num plano de relações interpessoais e atingir, não raro, as esferas mais profundas da personalidade. As matérias variáveis, em número de três, permitirão ao estabelecimento diversificar a formação profissional, conforme as suas possibilidades e as necessidades do meio, para atender às características próprias da atividade do psicólogo na escola, na empresa, na clínica e onde quer que a sua presença seja reclamada. Daí a lista apresentada para escolha, em que se incluem Psicologia do Excepcional, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica, Psicologia

Escolar e Problemas da Aprendizagem, Teorias e Técnicas Psico-terápicas, Seleção e Orientação Profissional e Psicologia da Indústria.

Resta o Estágio Supervisionado. *O trabalho do psicólogo é sempre, no fundo, uma tarefa de educação ou reeducação que se vale de técnicas próprias*, cujo domínio é impossível sem o devido treinamento prático. Assim, tal como ocorre no ensino médico e agora se exige para qualquer modalidade de licenciatura, a sua formação teórico experimental terá que completar-se com um estágio que se desenvolva em situação real - ao longo de pelo menos 500 horas de atividades - e obedeça à imediata supervisão dos órgãos por ela responsáveis.

Como Duração do Curso, propomos quatro anos letivos para o Bacharelado e a Licenciatura, seguindo o modelo geral, e cinco para a formação do psicólogo. Com isto, não insinuamos que a disposição das matérias no tempo se faça necessariamente à base de um rígido esquema 4 + 1. Em primeiro lugar, um ano letivo parece-nos insuficiente para atender aos aspectos peculiares do preparo do psicólogo. De outra parte, também o Bacharelado e a Licenciatura, como graus autônomos, têm características próprias que impõem a sua individualização a partir de um ciclo comum em que os estudos psicológicos ainda surgem unificados. . .

Art. 01 - O currículo mínimo do Curso de Psicologia para o Bacharelado e a Licenciatura, compreende as matérias abaixo indicadas:

1 - Fisiologia;

2. Estatística;
3. Psicologia Geral e Experimental;
4. Psicologia do Desenvolvimento;
5. Psicologia da Personalidade;
6. Psicologia Social;
7. Psicologia Geral.

§ Único - Para obtenção do diploma de psicólogo, exigem-se, além das matérias fixadas por itens de nºs 1 a 7 deste Art., mais cinco (5) outras assim discriminadas:

8. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico;
9. Ética Profissional;
- 10/12. Três dentre as seguintes:
 - a) Psicologia do Excepcional;
 - b) dinâmica de Grupo e Relações Humanas;
 - c) Pedagogia Terapêutica;
 - d) Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem;
 - e) Teorias e Técnicas Psicoterápicas;
 - f) Seleção e Orientação Profissional;
 - g) Psicologia da Indústria.

Art. 2º - São ainda obrigatórios:

- a) para obtenção do diploma que habilita ao exercício de magistério em cursos de nível médio, as matérias pedagógicas fixadas em resolução especial, de acordo com o Parecer nº 292/62, das quais se exclui a Psicologia da Educação;
- b) para obtenção do diploma do psicólogo, um período de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 3º - A duração do Curso de Psicologia é de quatro (4) anos letivos para o Bacharelado e a Licenciatura é de cinco (5) anos letivos para a formação de psicólogos, incluindo-se nesta última hipótese o estágio supervisionado.

Art. 4º - O currículo e a duração do Curso de Psicologia, fixados nesta resolução, terão vigência a partir do ano letivo de 1963.

(a) Deolindo Couto, presidente.

ANEXO 3

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE PSICÓLOGO

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE PSICÓLOGO

Decreto nº 53 464 - de 21/1/1964

Regulamenta a Lei nº 4.119 de 27/8/1962, dispõe sobre a profissão de Psicólogo

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Art. 87, item I da Constituição,

Decreta:

TÍTULO I

Do Exercício Profissional

Art. 1º - É livre em todo o território nacional o exercício da profissão de Psicólogo, observadas as exigências previstas na legislação em vigor e no presente decreto.

§ Único - A designação profissional de Psicólogo é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 2º - Poderão exercer a profissão de Psicólogo:

1. Os possuidores de diploma de Psicólogo expedido no Brasil por Faculdade de Filosofia oficial ou reconhecida nos termos da Lei nº 4.119, de 27/8/1962.

2. Os diplomados em Psicologia por universidade ou faculdades estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados de conformidade com a legislação em vigor.

3. Os atuais portadores de diplomas ou certificados de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, com base nas Portarias Ministeriais nº 328, de 14/5/1946 e nº 274, de 11/7/1961, após estudos em cursos regulares de formação de psicólogos com duração mínima de quatro anos, ou estudos regulares em Cursos de Pós-graduação, com duração mínima de dois anos.

4. Os atuais possuidores de título de Doutor em Psicologia e de Doutor em Psicologia Educacional, bem como aqueles portadores do título de Doutor em Filosofia, em Educação ou em Pedagogia que tenham defendido tese sobre assunto concernente à Psicologia.

5. Os funcionários públicos efetivos que, em data anterior ao dia 5/9/1962, tenham sido providos em cargos ou funções públicas, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico.

6. Os militares que, em data anterior ao dia 5/9/1962, tenham obtido diplomas conferidos pelo curso criado pela Portaria nº 171, de 25/10/1949, do Ministério da Guerra.

7. As pessoas que, até o dia 5/9/1962, já tenham exercido por mais de cinco anos, atividades profissionais de Psicologia Aplicada.

Art. 3º - Condição indispensável para o exercício legal da profissão de Psicólogo, é a obtenção prévia do registro profissional de Psicólogo na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

§ Único - Os portadores de diplomas, expedidos por estabelecimentos de ensino superior, deverão providenciar os devidos registros dos seus diplomas no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 4º - São funções do Psicólogo:

1 Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de:

- a) diagnóstico psicológico;
- b) orientação e seleção profissional;
- c) orientação psicopedagógica;
- d) solução de problemas de ajustamento.

2. Dirigir serviços de Psicologia em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, e economia mista e particulares.

3. Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Psicologia aos vários níveis de ensino, observadas as demais exigências da legislação em vigor.

4. Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Psicologia.

5. Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares.

6. Realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de Psicologia.

TÍTULO II

Da Formação

Art. 5º - A formação em Psicologia far-se-á nas Faculdades de Filosofia na forma da legislação vigente e deste regulamento.

Art. 6º - As Faculdades de Filosofia poderão instituir cursos de graduação do bacharelado e licenciado em Psicologia e de Psicólogo.

§ Único - As disciplinas lecionadas em outros cursos da faculdade ou da universidade e que sejam as mesmas do currículo dos Cursos de Bacharelado e Licenciado em Psicologia e de Psicólogo poderão ser ministradas em comum.

Art. 7º - A autorização para o funcionamento e o reconhecimento legal dos Cursos de Psicologia processar-se-á em consonância com os preceitos gerais da Lei nº 4.024, de 20/12/1961, e as determinações por ela não revogadas do Decreto-Lei nº 421, de 11/5/1938, e do Decreto-Lei nº 2.076, de 8/3/1940, completados pelas seguintes exigências expressas na Lei nº 4.119, de 27/8/62.

a) As Faculdades de Filosofia que solicitarem a autorização para o funcionamento de um dos Cursos de Psicologia deverão fornecer provas de sua capacidade didática, apresentando um corpo docente devidamente habilitado em todas as disciplinas de cada um dos cursos, cuja instalação for pleiteada por elas.

b) As faculdades, ao requererem autorização para o funcionamento do Curso de Psicólogo, deverão possuir serviços clínicos e serviços de aplicação à Educação e ao Trabalho, abertos ao público, gratuitos ou remunerados, de acordo com o tipo de formação que pretendiam oferecer nesse nível de curso.

§ Único - Nas universidades em que existem serviços idôneos e equivalentes aos previstos na letra b, a Faculdade de Filosofia poderá cumprir a exigência prevista no citado item pela apresentação de um convênio que lhe permita a utilização eficiente desses serviços.

Art. 8º - As Faculdades de Filosofia que mantinham Cursos de Graduação em Psicologia na data de publicação da Lei nº 4.119, de 27/8/1962, terão o prazo de noventa dias, a partir da publicação deste decreto, para requerer ao Governo Federal o respectivo reconhecimento.

§ 1º - Os cursos de graduação não enquadrados nas especificações deste Art. deverão requerer, dentro de noventa dias a partir da data da publicação deste decreto, seu reconhecimento.

§ 2º - Os cursos que não tiverem seus pedidos de reconhecimento encaminhados dentro desse prazo estarão automaticamente proibidos de funcionar, estendendo-se esta proibição àqueles a que for negado o reconhecimento.

Art. 9º - Os Cursos de Pós-graduação em Psicologia e em Psicologia Educacional, regulamentados pela Portaria Ministeriais nº 328, de 13/5/1946, e nº 274, de 11/7/1961, não poderão admitir matrículas iniciais a partir de 1967.

§ Único - As mesmas disposições deverão ser obedecidas pelos Cursos de especialização ou Pós-graduação em Psicologia que não se enquadrem neste Art.

Art. 10º - Os Cursos de Bacharelado, Licenciado e Psicólogo deverão obedecer ao currículo mínimo e duração fixados de acordo com a Lei nº 4.024, de 20/12/1961, pelo egrégio Conselho Federal de Educação.

TÍTULO III

Da Vida Escolar

Art. 11 - O candidato à matrícula no Curso de Bacharelado deverá satisfazer todas as condições exigidas para a matrícula em qualquer um dos cursos da Faculdade de Filosofia.

Art. 12 - Os atuais alunos dos cursos mencionados no Art. 8º e em seu § 1º poderão prosseguir o curso passando a obedecer às adaptações que este tenha sofrido com o reconhecimento, desde que suas matrículas tenham sido regularmente processadas.

Art. 13 - Os alunos matriculados nos cursos de que trata o Art. 9º e seu Parágrafo Único poderão prosseguir o curso obedecendo ao currículo original até o prazo previsto neste regulamento.

Art. 14 - Os alunos que tiverem cursado, em nível superior no Brasil ou no estrangeiro, disciplina constante do currículo dos Cursos de Psicologia, poderão ser dispensados dessas disciplinas, desde que obtenham parecer favorável dos órgãos técnicos da faculdade, aprovado pelo Conselho Universitário, no caso de Universidade, e pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, no caso de estabelecimentos isolados.

§ Único - A dispensa de disciplinas será no máximo de 6 (seis) no Curso de Bacharelado, de 2 (duas) no de Licenciado e de 5 (cinco) no de Psicólogo.

Art. 15 - De acordo com a amplitude das dispensas referidas no artigo anterior, os Cursos de Bacharelado e de Psicólogo poderão ser abreviados, respeitada a duração mínima de dois anos em cada curso.

TÍTULO IV

Dos Diplomas

Art. 16 - Ao aluno que concluir o Curso de Bacharelado será conferido o diploma de bacharel em Psicologia.

Art. 17 - Ao aluno que concluir o Curso de Licenciado será conferido o diploma de licenciado em Psicologia.

Art. 18 - Ao aluno que concluir o Curso de Psicólogo será conferido o diploma de Psicólogo.

Art. 19 - Os portadores de diplomas expedidos por universidades ou faculdades estrangeiras que não sejam equivalentes aos nacionais, poderão completar sua formação em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 20 - As Diretorias de Pessoal dos Ministérios das Autarquias e de quaisquer outros órgãos da administração federal, estadual ou municipal apostilarão os títulos de nomeação dos servidores que tenham sido providos, em data anterior ao dia 5/9/1962, em cargos ou funções sob a denominação de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico, garantindo-lhes o exercício dos

cargos e das funções respectivas, assim como as vantagens daí decorrentes.

Art. 21 - Os portadores do título de Doutor obtido em Faculdade de Filosofia, e que tenham defendido tese sobre o tema específico de Psicologia, ao requerem o registro profissional de Psicologia, deverão instruir a petição com os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Prova de quitação com o serviço militar;
- c) Título Eleitoral;
- d) Diploma de Doutor devidamente registrado na Diretoria do Ensino Superior do MEC;
- e) Um exemplar da tese de doutoramento,

§ Único - Os títulos de Doutor, obtidos mediante concurso de Cátedra ou de livre docência, serão válidos para o mesmo fim, desde que acompanhados dos documentos exigidos neste Art. e de uma declaração da faculdade de que a cadeira a que se refere o concurso foi a de Psicologia ou a de Psicologia Educacional.

Art. 22 - A Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura encaminhará os requerimentos e sua respectiva documentação à Comissão de que trata o Art. 23 da Lei nº 4.119, a fim de que a mesma emita parecer justificado.

§ 1º - O parecer de que trata este Art. deverá ser homologado pelo Diretor do Ensino Superior.

§ 2º - Homologando o parecer, no caso de ser o mesmo pela concessão do registro, providenciará a Diretoria do Ensino

Superior o efetivo registro profissional de Psicólogo do requerente, a fim de que produza seus efeitos legais.

Art. 23 - Os casos omissos neste decreto, serão resolvidos pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 24 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), em 21 de janeiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART

Júlio Furquim Sambaqui

ANEXO 4

CURRÍCULO DOS CURSOS DE PSICOLOGIA
EXISTENTES EM CURITIBA

CURRÍCULO PLENO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SEM.	CÓDIGO	DISCIPLINAS PRIMEIRO ANO	C.H.SEMANAL Licenc.Psicól.		PRÉ-REQUI- SITO
	HF 404	- Problemas Filosóficos de Psicologia	2	2	-----
	HS 401	- Antropologia das Sociedades Complexas A	3	3	-----
	HP 402	- Psicologia Geral	4	4	-----
	HP 406	- Psicologia do Desenvolvimento I	3	3	-----
	HP 418	- Métodos Estatísticos e Teoria das Medidas	4	4	-----
	HP 429	- Teoria e Sistemas em Psicologia	4	4	-----
1º	BA 012	- Neuroanatomia	5	5	-----
1º	BM 017	- Citologia	6	6	-----
2º	BF 011	- Neurofisiologia Aplicada	4	4	BM 012
2º	BG 004	- Genética Humana	5	5	BM 017
	BE 400/BE-401	- Prática Desportiva	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>	-----
TOTAL			31/29	31/29	-----

SEGUNDO ANO

HP 405	- Psicologia da Aprendizagem	2	2	HP 402
HP 407	- Psicologia do Desenvolvimento II	4	4	HP 406
HP 408	- Psicologia da Personalidade I	4	4	HP 402
HP 410	- Psicologia Social A	4	4	HP 402
HP 412	- Psicofisiologia	5	5	BF 011

SEM. CÓDIGO	DISCIPLINAS	C.H.SEMANAL Licenc.Psicól.		PRÉ-REQUI- SITO
HP 414	- Pesquisa e Técnica de Coleta de Dados	4	4	HP 418
HP 430	- Processos Perceptuais e Cognitivos	3	3	HP 402
HP 431	- Análise Experimental do Comportamento	-	-	HP 429
BE 094/BE 095	- Desporto de Li- vre Escolar	(2)	(2)	BE 400/ BE401
TOTAL		33	33	

TERCEIRO ANO				
HP 409	- Psicologia da Personali- dade II	3	3	HP 408
HP 411	- Psicologia Social B	3	3	HP 410
HP 415	- Técnicas de Exames Psi- cológicos I	6	6	HP 408
HP 419	- Psicologia do Excepcional	4	4	HP 407
HP 420	- Psicologia Escolar e Pro- blemas de Aprendizagem	4	4	HP 407
HP 421	- Psicomotricidade	3	3	HP 407
SR 401	- Estudo de Problemas Bra- sileiros	2	2	-----
1º HL 026	- Psicolinguística	4	4	-----
1º EP 001	- Estrutura e Func. do Ensi- no de 1º e 2º Graus	4	-	-----
2º EM 001	- Didática I	4	-	HP 405+HP 407
2º HP 017	- Ética Profissional (do Psicólogo)	-	3	HP 408
TOTAL		33/29	29/28	

SEM. CÓDIGO	DISCIPLINAS QUARTO ANO	C.H.SEMANAL Licenc.Psicól.		PRÉ-REQUI- SITO
HF 410	- Antropologia Filosófica B	3	3	-----
HP 416	- Técnicas de Exames Psicológicos II	-	6	HP 415
HP 417	- Técnicas de Aconselhamento Psicológico	-	4	HP 400
HP 422	- Psicopatologia	5	5	HP 409
HP 425	- Psicologia da Indústria A	4	4	HP 411
HP 432	- Teorias e Técnicas Comportamentais	-	4	HP 017 + HP 431
HP 433	- Teorias e Técnicas Psicodinâmicas	-	3	HP 017 + HP 409
1º EM 043	- Metodologia do Ensino em Psicologia	4	-	EM 001 + HP 405
2º EM 029	- Prática de Ensino de Psicologia	4	-	EM 001
TOTAL		<u>16</u>	<u>29</u>	

QUINTO ANO

HP 426	- Estágio em Psicologia Escolar	-	8	HP 017 + HP 416 + HP 420
HP 427	- Estágio em Psicologia Organizacional	-	8	HP 017 + HP 416 + HP 425
HP 428	- Estágio em Psicologia Clínica	-	<u>8</u>	HP 416 + HP 417 + HP 433
TOTAL			24	

- A conclusão do Curso será feita normalmente em 4 anos na habilitação LICENCIATURA e em 5 anos na habilitação de PSICÓLOGO com a seguinte carga horária:

	LICENCIADO	PSICÓLOGO
Disciplinas obrigatórias	3.240	4.275
E.P.B.	<u>60</u>	<u>60</u>
	3.300	4.335
Educação Física	+90	+90

- A conclusão do Curso pode ocorrer entre os seguintes limites:

	LICENCIADO	PSICÓLOGO
Mínimo	4 anos	5 anos
Máximo	7 anos	9 anos

- A carga horária semanal pode oscilar entre os seguintes limites, excluídas as atividades de Educação Física:

	LICENCIADO	PSICÓLOGO
Mínima	16 aulas	18 aulas
Máxima	35 aulas	35 aulas

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS TUIUTI

CURSO DE PSICOLOGIA

DISCIPLINAS	C.H.
-------------	------

PRIMEIRA SÉRIE

- Língua Portuguesa (Comunicação e Expressão)	72
- Metodologia Científica	72
- Psicologia da Educação	72
- Estudo de Problemas Brasileiros	72
- Estatística	72
- Biologia	72
- Anatomia	144
- Fisiologia I	72
- Teorias e Sistemas de Psicologia	72
- Educação Física	72

BACHARELADO SEGUNDA SÉRIE

- Fisiologia II	108
- Genética	72
- Psicologia Geral e Experimental I	144
- Psicologia do Desenvolvimento I	108
- Psicologia da Personalidade I	108
- Psicologia Social	72
- Técnicas de Exame Psicológico I	108
- Psicologia Social	72
- Técnicas de Exame Psicológico I	108

TERCEIRA SÉRIE	C.H.
- Psicologia Geral e Experimental II	108
- Psicologia do Desenvolvimento II	108
- Psicologia da Personalidade II	108
- Psic.Escolar e Problemas da Aprendizagem I	108
- Psicologia da Indústria	72
- Psicopatologia Geral	180
- Técnicas de Exame Psicológico II	108
- Psicologia Escolar Aplicada I (Incluindo Pesquisa)	144

QUARTA SÉRIE	
- Psicologia do Desenvolvimento III	72
- Psicologia da Personalidade III	72
- Psic.Escolar e Problema da Aprendizagem II	72
- Psicologia do Excepcional	72
- Psicomotricidade	72
- Técnicas de Exame Psicológico III	108
- Técnicas de Aconselhamento Psicológico	108
- Dinâmica de Grupo e Relações Humanas	72
- Seleção e Orientação Profissional	72
- Psicologia Escolar Aplicada II (Incluindo Pesquisa)	144
- Psicologia da Indústria Aplicada I (Incluindo Pesquisa)	108

LICENCIATURA	QUINTA SÉRIE
- Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	72
- Didáticas: Incluindo Técnicas e Recursos Audio-visuais	144
- Prática de Ensino de Psicologia, sob a Forma de Estágio Supervisionado	144

PSICÓLOGO	QUINTA SÉRIE	C.H.
- Psicologia da Indústria Aplicada II (incluindo Pesquisa)		108
- Psicologia Clínica Aplicada (incluindo pesquisa)		180
- Teorias e Técnicas Psicoterápicas		180
- Ética Profissional		72
- Prática Profissional de Psicologia Escolar, sob a forma de Estágio Supervisionado		72
- Prática Profissional de Psicologia da Indústria, sob a forma de Estágio Supervisionado		108
- Prática Profissional de Psicologia Clínica, sob a forma de Estágio Supervisionado		396

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

CURSO DE PSICOLOGIA

DISCIPLINAS

1º PERÍODO	AT	AP	CRÉD.	HORAS
Antropologia Cultural e Social I	5	0	5	75
Biologia Aplicada à Psicologia I	2	0	2	30
Estatística Aplicada à Psicologia I	2	0	2	30
Psicologia Geral I	5	0	5	75
Psicologia, Ciência e Profissão I	2	0	2	30
Anátomo-Fisiologia Aplicada à Psicologia	4	2	5	90
Metodologia Científica I	2	0	2	30
Estudos dos Problemas Brasileiros I	2	0	2	30
Teologia	2	0	2	30
Educação Física I	$\frac{0}{26}$	$\frac{2}{4}$	$\frac{1}{28}$	$\frac{30}{450}$
2º PERÍODO				
Antropologia Cultural e Social II	5	0	5	75
Biologia Aplicada à Psicologia II	2	0	2	30
Estatística Aplicada à Psicologia II	2	0	2	30
Psicologia Geral II	5	0	5	75
Psicologia, Ciência e Profissão II	2	0	2	30
Neuro-Fisiologia aplicada à Psicologia	4	2	5	90
Metodologia Científica II	2	0	2	30
Estudo de Problemas Brasileiros II	2	0	2	30
Teologia II	2	0	2	30
Educação Física II	$\frac{0}{26}$	$\frac{2}{4}$	$\frac{1}{28}$	$\frac{30}{450}$

3º PERÍODO	AT	AP	CRÉD.	HORAS
Psicologia Experimental I	2	4	4	90
Psicologia do Desenvolvimento I	5	0	5	75
Psicologia Excepcional I	3	0	3	45
Psicologia da Personalidade I	4	0	4	60
Psicologia Social I	4	0	4	60
Introdução às Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I	2	0	2	30
Introdução à Psicologia Educacional I	2	0	2	30
Filosofia I	<u>3</u> 25	<u>0</u> 4	<u>3</u> 27	<u>45</u> 435
4º PERÍODO				
Psicologia Experimental II	2	2	3	60
Psicologia do Desenvolvimento II	5	0	5	75
Psicologia do Excepcional II	3	0	3	45
Psicologia da Personalidade II	4	0	4	60
Psicologia Social II	4	0	4	60
Introdução às Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico II	2	0	2	30
Introdução à Psicologia Educacional II	2	0	2	30
Filosofia II	3	0	3	45
Ética Profissional	<u>2</u> 27	<u>0</u> 2	<u>2</u> 28	<u>30</u> 435
5º PERÍODO				
Psicologia Organizacional I	4	0	4	60
Psicopatologia I	4	2	5	90
Psicologia da Personalidade III	4	0	4	60
Psicologia do Desenvolvimento III	4	0	4	60
Psicologia Escolar e Prob. de Aprendizagem I	2	0	2	30
Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico e Psicodiagnóstico (Infantil)	4	0	4	60

	AT	AP	CRÉS.	HORAS
Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico e Psicodiagnóstico (Adulto I)	2	2	3	60
Psicologia Social III	<u>2</u> 26	<u>0</u> 4	<u>2</u> 28	<u>30</u> 450
6º PERÍODO				
Psicologia Organizacional II	4	0	4	60
Psicopatologia II	4	2	5	90
Psicologia da Personalidade IV	4	0	4	60
Psicologia do Desenvolvimento IV	4	0	4	60
Psicologia Escolar e Prob.de Aprendizagem II	2	0	2	30
Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico e Psicodiagnóstico (Infantil II)	4	0	4	60
Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico e Psicodiagnóstico (Adulto II)	<u>2</u> 26	<u>2</u> 4	<u>3</u> 28	<u>60</u> 450
7º PERÍODO				
Psicomotricidade I	1	2	2	45
Psicologia Escolar e Prob.de Aprendizagem III	4	0	4	60
Psicologia Organizacional III	4	0	4	60
Teorias e Técnicas de Dinâmica de Grupos I	1	2	2	45
Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Comportamental)	2	0	2	30
Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Humano/Existencial)	4	0	4	60
Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Psicodinâmica I)	4	0	4	60
Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Sistêmica I)	2	0	2	30
Tópicos Especiais em Psicologia I	<u>4</u> 26	<u>0</u> 4	<u>4</u> 28	<u>60</u> 450

	AT	AP	CRED.	HORAS
8º PERÍODO				
Psicomotricidade II	1	2	2	45
Psicologia Escolar e Prob. de Aprendizagem IV	4	0	4	60
Psicologia Organizacional IV	4	0	4	60
Teorias e Técnicas de Dinâmica de Grupo II	1	2	2	45
Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Comportamental II)	2	0	2	30
Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Humano/Existencial II)	4	0	4	60
Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Psicodinâmica I)	4	0	4	60
Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Sistêmica II)	2	0	2	30
Tópicos Especiais em Psicologia II	<u>4</u> 26	<u>0</u> 4	<u>4</u> 28	<u>60</u> 450
9º PERÍODO				
Estágio Supervisionado em Psicologia Clínica				135
Estágio Superv. em Psicologia Educacional				135
Estágio Superv. Em Psicologia Organizacional				<u>135</u> 405
10º PERÍODO				
Estágio Supervisionado em Psicologia Clínica				135
Estágio Superv. em Psicologia Educacional				135
Estágio Superv. em Psicologia Organizacional				<u>135</u> 405
TOTAL GERAL: CRÉDITOS	223			
DURAÇÃO EM HORAS	4380			

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AGUIAR NETO, M.C. de. A produção do conhecimento psicológico fora do espaço acadêmico. In: CONGRESSO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo brasileiro? São Paulo : Edicon, 1988. p. 123-137.
- 2 ARENDT, H. Homens em tempos sombrios. São Paulo : Companhia das Letras. 1987.
- 3 AZEVEDO, Neiza Dias da Cruz. Análise Ocupacional: um instrumento para a elaboração de currículos. Rio de Janeiro : Ed. Rio, 1976. 243 p.
- 4 BASTOS, A.V.B. Áreas de atuação - em questão o nosso modelo de profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo brasileiro? São Paulo : Edicon, p. 163-193.
- 5 BERNAL, J.D. Ciência na história. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.
- 6 BOTOMÉ, S.P. Determinismo em Psicologia: controvérsia de dato ou confusão semântica? São Paulo : Programa de Pós-graduação em Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo, 1975. (não publicado).
- 7 _____. Objeto de trabalho; objetivos e atribuições da Universidade de São Carlos. São Carlos : Universidade Federal de São Carlos, 1986. (não publicado).
- 8 _____. Em busca de perspectivas para a Psicologia como área de conhecimento e como campo de atuação profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo brasileiro?. São Paulo : Edicon, 1988. p. 273-295.
- 9 _____. ; COLETTA, J.A.D. ; MATOS, M.A. Contribuições para a definição de uma política científica. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 8, n. 2, p. 31-36, 1988.
- 10 _____. ; DURAN, A.P. ; DURAN, N.D. Um procedimento para identificar alternativas socialmente relevantes de atuação profissional do psicólogo. São Carlos : Universidade Federal de São Carlos, 1986. (não publicado).
- 11 _____. ; ROSENBERG, C.P. Participação de psicólogos em administração de recursos de saúde pública: análise de uma experiência. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 7, n. 3, p. 1-25, 1981.

- 12 BOTOME, S.P. ; SANTOS, E.V. Ensino na área da Saúde: o problema do objeto de trabalho. Ciência e Cultura, v. 36, n. 3, p. 910-923, 1984.
- 13 BRASIL. Leis, Decretos, etc. Parecer número 403/62; que fundamenta a Resolução que fixa o Curso de Psicologia. Diário Oficial, Brasília, 25/08/62.
- 14 BRASIL. Leis. Decretos, etc. Decreto-Lei número 4.119 de 27/08/62. Diário Oficial, Brasília, 28/08/62 (Seção 1 - Provê sobre a profissão de Psicólogo e dá outras providências).
- 15 BRASIL. Leis, Decretos, etc. Decreto-Lei número 5.766 de 20/12/71. Diário Oficial, Brasília, 19/12/71 (Seção 1 - Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências).
- 16 BRASIL. Leis, Decretos, etc. Ministério da Educação, Conselho Federal da Educação. Currículos mínimos dos cursos de Graduação. 3.ed. Brasília, 1979.
- 17 BREILH, J. ; GRANDA, E. Investigación de la salud en la sociedad. Quito : C.E.A.S., 1980.
- 18 BUNGE, M. Causalidad: el principio de causalidad en la ciencia moderna. Buenos Aires : Universitaria, 1961.
- 19 BUCHER, R. A função social do Psicólogo. Boletim da Associação Profissional de Psicólogos. Cadernos de Análise do Comportamento, n. 6, p. 1-14, 1984.
- 20 CARVALHO, A.M.A. A profissão em perspectiva. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 8, n. 2, p. 5-17, 1982.
- 21 _____. "Atuação psicológica": alguns elementos para uma reflexão sobre os rumos da profissão e da formação. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 4, n. 2, p. 7-9, 1984.
- 22 _____. A visão dos alunos sobre a profissão. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 9, n. 1, p. 19-21, 1989.
- 23 CARVALHO, A.M. A. et al. A escolha da profissão: alguns valores implícitos nos motivos apontados pelos psicólogos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo brasileiro? São Paulo : Edicon, 1988. p. 49-68.
- 24 CARVALHO, A.M.S. ; KAVANO, E.A. Justificativas de opção para a área de trabalho em Psicologia: uma análise da imagem da profissão em psicólogos recém-formados. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 8, n. 3, p. 1-18, 1982.

- 25 CLAVREUL, J. A ordem médica: poder e impotência do discurso médico. São Paulo : Brasiliense, 1983.
- 26 D'AMORIM, M.A. Emprego e desemprego. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo brasileiro? São Paulo : Edicon, 1988. p. 138-148.
- 27 DEMO, P. Função social da universidade; algumas considerações a partir da política social. Educação Brasileira, Brasília, v. 5, n. 11, p. 21-39, jul./dez. 1983.
- 28 DEMO, P. Cultura política, educação e sociedade. Revista de Educação, Análise Experimental do Comportamento do Brasil, n. 49, p. 50-62, 1983.
- 29 DRAWIN, C.R. Ética e psicologia: por uma demarcação filosófica. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 5, n. 2, p. 14-17, 1985.
- 30 DURAN, A.P. Algumas questões básicas sobre a formação em Psicologia. São Carlos : Universidade Federal de São Carlos, 1983. (não publicado).
- 31 FERREIRA, A.B. de H. Novo dicionário da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.
- 32 FOULCALT, M. Doença mental e psicologia. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1975. 99 p.
- 33 _____. Enunciados e estratégias. In: KREMER-MARIETTI, Angêl (org.). Introdução ao pensamento de Michel Foucault. Rio de Janeiro : Zahar, 1974. 203 p.
- 34 _____. História da loucura. São Paulo : Perspectiva, 1972. 551 p.
- 35 _____. Microfísica do poder. 3.ed. Rio de Janeiro : Graal, 1983.
- 36 _____. O Nascimento da clínica. Rio de Janeiro : Forense, 1977. 241 p.
- 37 FREUD, S. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. s.l. : Imago Ed., 1969. p. 215-220. (Coleção Standarte Brasileira, v. 17).
- 38 GARCIA, J.A. Princípios de psicologia. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1964.

- 39 GOMIDE, P.I.C. A formação acadêmica: onde residem as deficiências. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo Brasileiro? São Paulo : Edicon, 1988. p. 69-85.
- 40 HALL, C.S. ; LINDZEY, G. Teorias da personalidade. 10.ed. São Paulo : Editora Pedagógica e Universitária, 1984.
- 41 KELLER, F.S. ; SCHOENFELD, W.N. Principles of psychology. New York : Appleton-Century-Crofts, 1960.
- 42 LANE, S.T.M. Revendo a prática da psicologia social. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 5, n. 1, p. 20-21, 1985.
- 43 LANGENBACH, M. ; NEGREIROS, F.C. de G.M. A formação complementar: um labirinto profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo brasileiro? São Paulo : Edicon, 1988. p. 86-99.
- 44 LEME, M.A.V. da S. ; BUSSAB, V.S.R. ; OTTA, E. A representação social da Psicologia e do Psicólogo. In: Psicologia, Ciência e Profissão, v. 9, n. 1, p. 29-35, 1989.
- 45 MARX, M.H. ; HILLIX, W.A. Sistemas e teorias em psicologia. São Paulo : Cultrix, 1963.
- 46 MASSIMI, M. História das idéias psicológicas no Brasil em obras do Período Colonial. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- 47 MATOS, M.A. Produção científica em psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo brasileiro? São Paulo : Edicon, 1988. p. 100-122.
- 48 MCGUIRE, W.J. The Yin and Yang of progress in social psychology. Seven Koan. Journal of Personality and Social Psychology, v. 26, n. 3, p. 446-455, 1973.
- 49 MELLO, S.L. de. Psicologia e profissão em São Paulo. São Paulo : Ática, 1975.
- 50 _____. Currículo: quais mudanças ocorreram desde 1962? Psicologia, Ciência e Profissão, v. 9, n. 1, p. 16-18, 1989.
- 51 MEMÓRIA VIVA - Madre Cristina. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 4, n. 2, p. 40-43, 1984.
- 52 NUNES, E.D. (org.). As ciências sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas. Brasília : OPAS, 1985.

- 53 OLIVEIRA, M.W. ; BOTOMÉ, S.P. Depoimento de alunos como dados para avaliação da relação entre formação acadêmica e exercício profissional. Ciência e Cultura (Resumos), v. 36. n. 7. p. 34, jul. 1984.
- 54 PASQUALI, L. Condição de trabalho do psicólogo. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo : Edicor, 1988. p. 149-162.
- 55 PSICOLOGIA - LEGISLAÇÃO, n. 6, 1989.
- 56 RIBEIRO, D. La universidad nueva: un proyecto. Buenos Aires : Ciência Nueva, 1973.
- 57 _____. A universidade necessária. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969.
- 58 ROSAS, P. ; ROSAS, A. ; XAVIER, I.B. Quantos e quem somos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o Psicólogo brasileiro. São Paulo : Edicon, 1988. p. 32-48. /
- 59 SASS, O. O campo profissional do psicólogo esse confessor moderno. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Quem é o psicólogo brasileiro? São Paulo : Edicon, 1988. p. 194-216.
- 60 SÉRIO, T.M.P. de A. et al. Política educacional e formação profissional do psicólogo. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 4, n. 2, p. 25-33, 1984.
- 61 SILVA, V.L.M. da. A percepção do trabalho clínico em depoimentos de estudantes de Psicologia. Campinas, 1984. Dissertação. Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Departamento de Pós-Graduação em Psicologia Clínica.
- 62 TAKAHACHI, T. ; SANTOS, M.A. dos ; LISBOA, L.M.P. O estudante de Psicologia e a Psicologia. Os motivos que levam à escolha do curso e as expectativas quanto a futura atuação. In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA DA SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO, 18., 1987. Resumos da... Ribeirão Preto, 1987.
- 63 VARSAVSKI, O. Estilos tecnológicos. Buenos Aures : Periferia, 1974.
- 64 _____. Por uma política científica nacional. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- 65 VERSALLI, A. A formação do psicólogo escolar, egresso da Universidade Federal do Paraná; o estudo do Currículo. Curitiba, 1989. Dissertação. Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Curso de Pós-Graduação em Educação.

- 66 WEBER, S. Currículo mínimo e o espaço da pesquisa na formação do psicólogo. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 5, n. 2, p. 11-13, 1985.
- 67 WHITTAKER, J.O. Introduction to psychology. Pennsylvania : W.B. Saunders, 1976.
- 68 YAMAMOTO, O.H. A crise e as alternativas da Psicologia. São Paulo : Edicon, 1987.